

Demonstrações Financeiras

HRT Participações em Petróleo S.A.

31 de dezembro de 2014
com Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Financeiras

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Rio de Janeiro, 26 de março de 2015

Senhores acionistas,

A seguir é submetido à apreciação de V.Sas. o Relatório Anual da Administração relativo ao exercício de 2014, com o registro dos principais fatos administrativos e operacionais ocorridos na Companhia no referido ano, bem como as correspondentes Demonstrações Financeiras acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal.

A PetroRio iniciou um novo capítulo em sua história. Em 2014 iniciamos a produção de petróleo e, pela primeira vez, chegamos a um Lucro antes de Juros, Impostos, Amortizações e Depreciações (EBITDA Ajustado) positivo de R\$ 126,2 milhões. Nossa posição de caixa disponível passou de R\$ 155 milhões em Dezembro de 2013 para R\$ 449 milhões em Dezembro de 2014.

2014 foi um ano de grandes desafios e de conquistas ainda maiores para a PetroRio, que passou por uma profunda transformação e, inclusive, mudou de nome e de sede. Estas mudanças simbolizam o novo foco estratégico em transparência, estabilidade, produção eficiente e segurança.

Entre os vários feitos que nos trazem orgulho está a decisão de investir em ativos de produção, o que nos levou a adquirir os campos de Polvo, Bijupirá e Salema (BJSA). Enquanto esperamos as aprovações pertinentes da transação de BJSA, conseguimos atingir ótimos resultados no campo de Polvo, melhorando sua curva de produção e diminuindo significativamente os custos de produção. Nossos índices de operação estão entre os melhores de todo o off-shore brasileiro.

Outro destaque importante foi o fim das custosas disputas societárias, o que permitiu a introdução desta nova cultura de meritocracia focada em resultados. A nova sede, bem localizada e mais barata que a anterior, contribuiu muito para uma integração harmônica entre todos da companhia devido ao ambiente aberto e sem salas. As pessoas interagem permanentemente, o que permite uma troca de informações e ideias maiores, tornando o ambiente mais produtivo.

A crescente disciplina financeira aliada à decisão acertada de redução de custos, implementada desde o início de 2014, permitiu que a companhia estivesse melhor posicionada para enfrentar a queda do preço do Brent, condição evidenciada pelo aumento na posição de caixa disponível. Sentimos que o mercado entende a visão de criação de valor e os planos de crescimento da PetroRio de curto e longo prazos. Prova disso foi a excelente resposta através da expressiva adesão à emissão de debêntures.

Por último, acreditamos que com a renovação das pessoas da companhia, começando pela diretoria, se consolidará o ambiente para que tenhamos sucesso em continuar a implementação de uma sólida plataforma de crescimento e nos desenvolvermos como uma grande empresa produtora de petróleo Brasileira.

O CAMPO DE POLVO

A aquisição de 60% do Campo de Polvo e o início da produção de óleo em janeiro de 2014 é um marco de êxito e superação de desafios na história da PetroRio. Durante esses 12 meses de operação, trabalhamos fortemente na otimização da produção, buscando adotar a drenagem mais eficiente do reservatório, bem como a otimização dos custos operacionais do campo, sempre mantendo o foco no aprimoramento dos níveis de segurança.

O resultado desse trabalho ao longo do exercício de 2014 foi uma produção total no Campo de 3,529 milhões barris de óleo a um custo operacional gerenciável anual de USD 158 milhões, 7% inferior ao ano anterior. No primeiro trimestre de 2015 concluiremos a renegociação dos principais contratos operacionais relacionados ao Campo de Polvo, e vemos potencial para uma redução adicional do custo operacional de 15% a 20%.

No exercício de 2014 a eficiência operacional no Campo de Polvo atingiu a média de 93,3% (a maior média foi 99,9% em outubro), refletindo uma grande melhoria, especialmente se comparada ao exercício de 2013. Além disso, o tempo para realização de operações de *workover*, necessárias para substituição de bombas, foi reduzido de 14 para 7 dias.

Finalmente, e com muito orgulho, comemoramos no último dia 03 de março de 2015 a marca de 1,000 dias sem acidentes com afastamento do trabalho no campo de Polvo.

Por tudo isso, julgamos estar no caminho certo.

O FUTURO PROXIMO

Dentro da nova estratégia da PetroRio de operar campos de petróleo já em fase de produção, buscamos atingir a excelência operacional e, assim, dedicamos nossos esforços na contratação de pessoas altamente motivadas e qualificadas, o que julgamos nos permitirá estender os benefícios já colhidos no Campo de Polvo para os campos de Bijupirá e Salema, recentemente adquiridos.

Após a conclusão das aprovações pertinentes, iniciaremos a integração operacional entre os campos e a companhia poderá se tornar a quinta maior produtora de petróleo no Brasil, operando uma média de mais de 30 mil barris de óleo por dia. Tal fato significa triplicar a produção atual e posiciona a PetroRio como uma das companhias emergentes mais importantes no cenário da indústria petrolífera do Brasil. Situados a apenas 80 km de distância, os Campo de Polvo e BJSA apresentam oportunidades de ganhos de sinergias importantes entre suas operações.

Também estão em nossos planos para o próximo exercício a realização de desinvestimentos em ativos, tais como as concessões da Namíbia, e do Solimões, e as aeronaves.

Continuaremos a operar com muita segurança e, cada vez mais, vamos fortalecer o relacionamento de confiança mantido com os diversos *stakeholders* da companhia, o que inclui seus parceiros de negócios.

EMISSÃO DE DEBÊNTURES

Mesmo em condições adversas de mercado, em 24 de outubro, a PETRORIO captou R\$ 87.192 no mercado de capitais, através da emissão de 4.359.624 debêntures. Esse resultado demonstra a confiança dos investidores no novo modelo de negócios da Companhia, dado que intervalo de captação foi de R\$ 60.000 à R\$ 90.000.

Tais recursos serão destinados ao desenvolvimento de reservas de petróleo já conhecidas no Campo de Polvo ou, ainda, na aquisição e desenvolvimento de novos ativos. Com um custo de captação baixo e um período de lock-up, em caso de conversão, essas debêntures representam um alinhamento entre investidores e companhia, com seu retorno associado aos **resultados de longo prazo da PetroRio**.

As características da emissão das debêntures foram divulgadas no Aviso aos Acionistas de 24 de outubro de 2014.

SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE, SAÚDE E RESPONSABILIDADE SOCIAL

As atividades da PetroRio estão pautadas nos valores fundamentais de respeito à segurança de todos os colaboradores, à vida e à natureza. Desta forma, a PetroRio está empenhada em diversas iniciativas e projetos de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS) norteados pela transparência e boa governança.

Através de tais projetos, a PetroRio planeja atender aos requisitos legais brasileiros de autoridades regulatórias e trabalhistas, bem como incorporar e fazer referência a padrões ambientais e sociais internacionalmente reconhecidos.

Para assegurar a conservação do meio ambiente nos locais de produção, consultorias independentes realizam auditorias no conjunto de planos e procedimentos da PetroRio, para que os projetos sejam desenvolvidos com a máxima responsabilidade ambiental e social, de acordo com padrões internacionais.

Os projetos de SMS que a PetroRio desenvolve incluem, embora não se limitem, aos seguintes:

- Projeto de Controle da Poluição (PCP)
- Projeto de Monitoramento Ambiental (PMA)
- Projeto de Educação Ambiental dos Trabalhadores (PEAT)
- Projeto de Educação Ambiental (PEA)
- Projeto de Comunicação Social (PCS)
- Procedimento para Avaliação de Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras
- Procedimentos de Avaliação e Gestão de Subcontratados
- Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO)
- Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA)
- Plano de Emergência Individual (PEI)

Por exemplo, no Projeto de Educação Ambiental (PEA-Observação) grupos oriundos das comunidades dos 10 municípios na área de influência do Campo de Polvo participam de programas de capacitação para a formação de observatórios. São 10 observatórios que tem como principal objetivo o monitoramento e identificação dos impactos da cadeia produtiva do petróleo e gás, com o uso de mídias audiovisuais.

Cada pessoa recebe treinamento e participa de um projeto educacional contínuo. O projeto fornece ainda acompanhamento contábil, administrativo, jurídico e técnico da PetroRio e de consultores.

DESTAQUES DO ANO

<u>Resultado Operacional - Em R\$ MM</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receita líquida	487	4
<i>EBITDA</i> Ajustado	126	(303)
<hr/>		
Preço médio realizado por barril (US\$)	87	-
Posição de caixa disponível	449	155
Volume de produção (MMbbl) 60%	2,061	-

- Receita Líquida acumulada de R\$ 487 milhões, *EBITDA* ajustado de R\$ 126 milhões (líquido da provisão de *impairment*) e posição de caixa disponível de R\$ 449 milhões.
- Produção total atingiu 3,5 milhões de barris no Campo de Polvo, com uma produção média de 9,7 mil barris por dia (100% do campo).
- Venda de 2,3 milhões de barris de petróleo (60% do campo)
- Em 2014, a eficiência operacional atingiu, ao longo do ano, uma média de **93,3%**, com um valor máximo de **99,9%** em outubro, refletindo uma grande melhoria quando comparada ao exercício de 2013.
- Tempo para realização de operações de *workover*, necessárias para substituição de bombas, foi reduzido de 14 para 7 dias.
- Execução, com êxito, de exercício simulado de respostas a emergências na modalidade full deployment, com o acompanhamento do Ibama.
- Revisão da vida útil do Campo de Polvo, tendo em vista a produção observada, até o final de 2017, considerando-se apenas os atuais poços produtores.
- Atendimento das exigências da ANP em auditoria para verificação de conformidade ao Sistema de Gerenciamento de Segurança Operacional.

DESTAQUES OPERACIONAIS

POLVO

O Campo de Polvo apresentou uma produção mais estável em 2014, indicando um declínio de produção menos acentuado que o registrado historicamente.

A eficiência operacional atingiu, ao longo do exercício de 2014, uma média de 93,3%, obtendo-se valor máximo de 99,9% em outubro, refletindo uma grande melhoria quando comparada ao exercício de 2013 (em 2013, a média foi de 79,8%, com um valor mínimo de 71% medida em agosto, e percentual máximo de 86% medida em março).

Um dos principais motivos para o forte aumento da eficiência é a redução da necessidade de realização de *workover* nos poços, refletindo principalmente a redução de ocorrência de falhas nas BCS (bombas centrífugas submersas). Além da redução de falhas, o tempo para realização de operações de *workover*, necessárias para substituição de bombas também foi reduzido de 14 para 7 dias.

É importante destacar que desde que se tornou operadora do campo até o presente momento, a PetroRio foi responsável pela redução de 22% dos custos operacionais de Polvo entre o 1º e o 4º trimestre de 2014, confirmando o compromisso e empenho da Companhia na busca pela extensão da vida útil econômica do campo.

Em 2014 foram produzidos 3.529 mil barris (100% do campo). A produção média de gás natural foi de 11.159 mil m³ por dia. Atualmente, 97% do gás produzido é aproveitado como combustível nas atividades do campo.

Ao final de dezembro, a PetroRio efetuou a venda de sua quinta carga no ano com volume de aproximadamente 473 mil barris.

Venda de óleo	1º Cargo	2º Cargo	3º Cargo	Slops	4º Cargo	5º Cargo	TOTAL
Quantidade de óleo (Bbl)	233.333	395.061	594.963	42.637	577.323	472.836	2.316.154
Preço Venda do Óleo (Dólar)	94	98	103	34	88	53	87
Ptax (Real x Dólar)	2,36	2,33	2,24	2,30	2,41	2,68	
Valor total	51.524	90.071	136.821	3.310	121.814	67.693	471.233

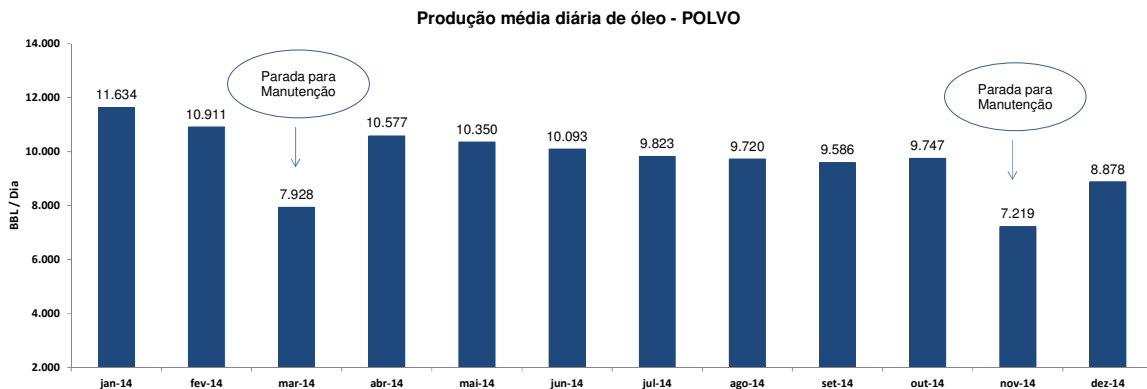
Como evento não recorrente, em agosto, a PetroRio efetuou a venda de 43 mil barris de slops (fluidos oriundos do período de exploração e armazenados para posterior descarte) gerando uma receita de R\$ 3,3 milhões.

Atualmente, a PetroRio é a sétima maior empresa operadora de campos produtores de petróleo no Brasil, segundo ranking da ANP.

No terceiro trimestre, a equipe de Operações do Campo de Polvo implementou um estudo importante a respeito do perfil comportamental da produção do campo desde 2012 até o presente momento. Os resultados do estudo mostram que a produção, desde que a PetroRio passou a ser a operadora, adquiriu um perfil bem mais estável e com interrupções significativamente inferiores às registradas nos anos anteriores.

Mesmo considerando os atuais preços do barril de petróleo, com o incremento da eficiência operacional e com as iniciativas de redução dos custos de produção, pudemos concluir que, com alguns ajustes, a vida útil econômica do campo poderá se estender por pelo menos um ano a mais que o previsto inicialmente, ou seja, até o final de 2017, considerando apenas os atuais poços produtores.

O gráfico a seguir mostra a produção média mensal diária de petróleo nos últimos 12 meses, considerando 100% da produção do Campo de Polvo:



TRANSAÇÃO MAERSK

No início de julho, a PetroRio celebrou contrato de compra e venda com a Maersk para a aquisição de 40% nos direitos de exploração, desenvolvimento e produção na área do Campo de Polvo. Em outubro, a PetroRio recebeu correspondência da ANP informando o indeferimento do referido pedido de cessão, cuja autorização encontra-se condicionada ao cumprimento de exigências cujo prazo encontra-se em curso, estando a Companhia em tratativas com a ANP e a Maersk no sentido de saná-las.

UNITIZAÇÃO

Em junho de 2013 a ANP aprovou o plano de desenvolvimento do campo de Tubarão Martelo, da OGPar, e determinou que fosse apresentada uma revisão deste até 31 de dezembro de 2014, com “a apresentação da formalização do Acordo de Individualização da Produção – AIP relativo à extensão do reservatório para a área do Campo de Polvo”.

Tendo em vista não ter havido qualquer negociação entre a PetroRio e a OGX acerca do aproveitamento ou divisão dos resultados do campo de Tubarão Martelo, em 5 de agosto de 2014 a PetroRio solicitou à ANP cópia integral do processo administrativo que aprovou o referido Plano de Desenvolvimento.

Desde então as partes vêm discutindo o assunto no âmbito da ANP sem que tenham chegado a um entendimento.

PRÓXIMAS ETAPAS: Conforme indicado no Release de Resultados do 2T 14, a equipe técnica da PetroRio já elaborou um Plano de Desenvolvimento, apresentado para a ANP, para extensão de vida útil do Campo de Polvo que prevê, dentre outras medidas, o aumento da produção a partir de intervenções em poços produtores.

SOLIMÕES

Conforme divulgado no Release de Resultados do 2T 14, no início de julho de 2014, a ANP aprovou a transferência de 6% dos direitos de exploração, desenvolvimento e produção e da operação dos 19 blocos sob concessão da HRT O&G na Bacia de Solimões, para a Rosneft Brasil (subsidiária brasileira da Rosneft Oil Company) (“Rosneft Brasil”),

Após essa transação, a HRT O&G passou a deter 49% de participação nos blocos e a Rosneft passou a ser a operadora dos blocos, com 51% de participação. O valor total da operação foi de US\$ 96 milhões, dos quais US\$ 54 milhões foram recebidos no 4T 13 e US\$ 18 milhões foram recebidos no 1T 14.

Em setembro de 2014, a PetroRio, Rosneft Brasil e Petrobras assinaram um novo Memorando de Entendimento (“MoU” ou “Memorandum of Understanding”) para a segunda fase do Projeto de Monetização de Gás, referente ao estabelecimento de cooperação para a revisão dos sistemas de desenvolvimento para monetização de gás em áreas sob concessão da Petrobras e HRT O&G/Rosneft Brasil na Bacia de Solimões.

No 3T 14, PetroRio e Rosneft deram prosseguimento às negociações para conclusão da transferência das operações na Bacia Sedimentar do Solimões. Paralelamente, as sanções internacionais que a Rússia vem sofrendo por parte de países da OCDE acabaram por interferir em algumas iniciativas da Rosneft, acarretando em um atraso dos procedimentos previstos na negociação, principalmente no tocante das garantias requeridas pelos contratos de concessão.

Apesar dos contratemplos enfrentados, seguimos confiantes e permanecemos envidando os melhores esforços para o atingimento de uma conclusão, o mais breve possível. A Companhia adotou ações de controle de custos e preservação do caixa, reduzindo os desembolsos recorrentes até a conclusão da transação.

NAMÍBIA

A PetroRio deu continuidade ao processo de farm out das licenças que mantém na Namíbia através de reuniões com empresas interessadas assim como provendo acesso ao data room dos dados armazenados no escritório de Houston, da HRT America.

A Companhia concluiu os estudos de modelagem 3D dos sistemas petrolíferos atuantes nas Bacias de Walvis e Orange, da costa da Namíbia, através da utilização dos dados que foram coletados nas rochas geradoras e reservatório a partir das três perfurações que foram realizadas e acreditamos no potencial petrolífero das bacias.

A Companhia estima gastos de R\$ 100 mil por mês na Namíbia até a conclusão do farm out deste ativo.

As reduções implementadas nos projetos da Namíbia e Solimões representam um corte de 75% a 90% nos desembolsos de 2015 em relação ao ano de 2014.

VENDA IPEX

Em setembro a PetroRio celebrou Contrato de Compra e Venda com a Eurofins Scientific Group (“Eurofins”), para a venda de sua subsidiária Integrated Petroleum Expertise Company – Serviços em Petróleo Ltda (“IPEX”).

A celebração deste contrato foi mais uma importante iniciativa da PetroRio na implementação das medidas de redução dos custos corporativos, na ordem de R\$ 9 milhões por ano.

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

Resultado Operacional - Em R\$ MM	2014	Variação	2013
Resultado líquido do exercício	(1.003)	1.235	(2.238)
(-) Resultado das operações descontinuadas	(4)	(4)	-
(-) Imposto de renda e contribuição social	53	(270)	323
(-) Resultado financeiro	16	(28)	44
(-) Compra Vantajosa - Ativos do Polvo	97	97	-
(-) Baixa de poços secos e blocos descontinuados	(542)	49	(591)
(-) Provisão para impairment	(487)	1.199	(1.685)
(-) Amortização Campo	(73)	(73)	-
(-) Amortização Prov. Abandono	(51)	(51)	-
(-) Depreciação	(52)	(27)	(25)
(-) Perda de imobilizado / estoques	(29)	(29)	(0)
(-) Provisões para contingências / perdas	(57)	(57)	(0)
EBITDA Ajustado	126	429	(303)

O EBITDA ajustado apurado em 2014 foi de R\$ 126 milhões, sendo R\$ 429 milhões maior que o apurado no ano anterior. O resultado operacional apresentou variação positiva de R\$ 1.509 milhões, quando comparado ao ano anterior. Os custos dos produtos/serviços estão divididos em gerenciáveis e *royalties* (R\$ 302 milhões), com efeito de caixa, e amortização e depreciação (R\$ 166 milhões), sem efeito de caixa, sendo o segundo grupo responsável pelo resultado bruto de R\$ 19 milhões.

Vale ressaltar o registro de R\$ 1.029 milhões despesas não caixa referentes a *impairment/baixa de poço* em 2014 (R\$ 2.276 milhões registrados em 2013). O *impairment* e as baixas reforçam a mudança de filosofia e estratégia da Companhia, com foco em ativos de produção e desinvestimento dos ativos de exploração.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

(em R\$ MM)

	31-dez-2014	Varição	31-dez-2013	Varição
Receita líquida	487	482	4	10977%
Custos dos produtos/serviços	(468)	(466)	(2)	20547%
Resultado bruto	19	17	2	782%
Receitas (despesas) operacionais				
Geologia e geofísica	(5)	39	(44)	-89%
Despesas com pessoal	(39)	130	(168)	-77%
Despesas gerais e administrativas	(31)	16	(47)	-34%
Despesas com serviços de terceiros	(55)	(15)	(41)	36%
Impostos e taxas	(4)	6	(9)	-60%
Depreciação e amortização	(10)	15	(25)	-60%
Outras receitas (despesas) operacionais	(11)	(15)	4	-403%
Provisão de Impairment	(487)	1.199	(1.685)	-71%
Baixa de poço seco/descontinuado	(542)	49	(591)	-8%
Deságio na Aquisição de Ativos do Polvo	97	97	-	
Resultado financeiro	16	(28)	44	-64%
Resultado antes do I.R. e da C.S.	(1.052)	1.509	(2.561)	-59%
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(13)	(9)	(4)	235%
Diferido	67	(261)	327	-80%
	53	(270)	323	-84%
Resultado das operações descontinuadas	(4)	(4)	-	
Resultado líquido do exercício	(1.003)	1.235	(2.238)	-55%

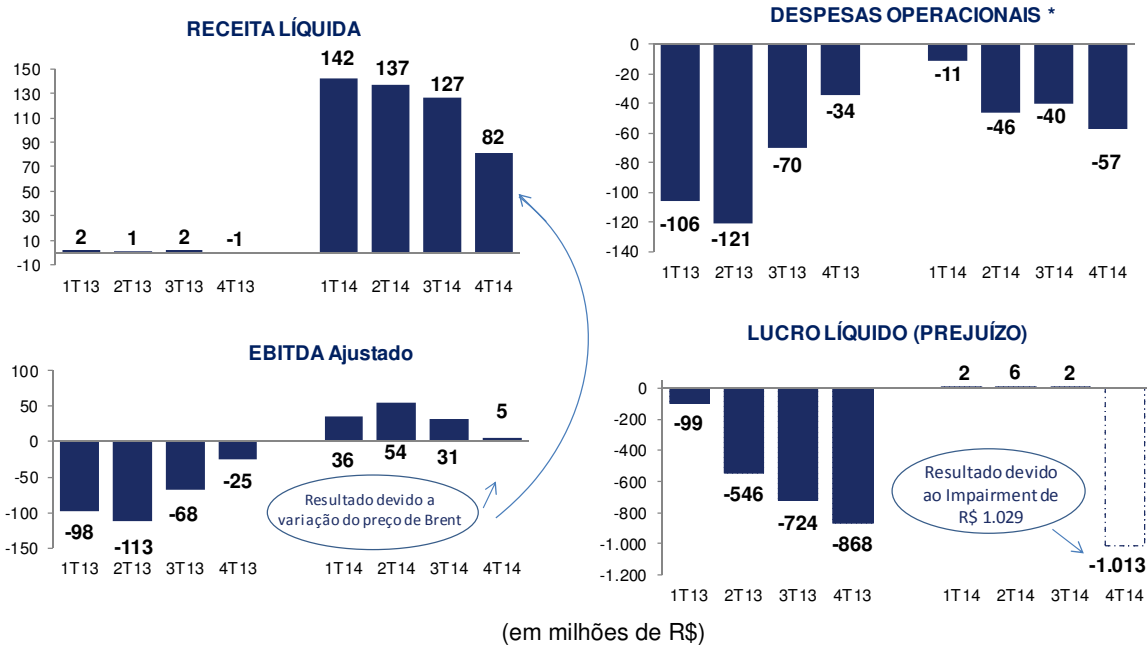
As despesas com pessoal próprio apresentaram uma queda de 77%, de R\$ 168 milhões para R\$ 39 milhões, devido à redução de 45% no quadro de pessoal da Companhia quando comparado com o ano de 2013, de 203 para 111 colaboradores. As despesas com pessoal estão apresentadas de forma líquida do valor alocado aos projetos Polvo e Solimões e ressarcidos pelos parceiros na proporção de suas participações nestes projetos.

As despesas gerais e administrativas apresentaram redução de R\$ 16 milhões, equivalente a 34%. Importante destacar que, diferentemente de 2013, quando havia campanhas exploratórias de perfuração em andamento e conseqüentemente as despesas exploratórias eram alocadas no ativo intangível, as despesas de manutenção e dos contratos de operação da Namíbia e principalmente do Solimões estão alocadas diretamente no resultado de 2014.

A Depreciação/Amortização foi impactada pelo início da exploração do Campo de Polvo, por parte da PetroRio. Do total de R\$ 176 milhões de despesas de depreciação e amortização consolidadas, R\$ 166 milhões referem-se à amortização dos valores alocados à Concessão e custos do abandono do Campo de Polvo.

Adicionalmente, no terceiro trimestre de 2014 a companhia concluiu a venda de sua subsidiária Integrated Petroleum Expertise Company - Serviços em Petróleo Ltda ("IPEX") impactando o resultado operacional em aproximadamente R\$ 3 milhões, demonstrados como venda de participação acionária. Os resultados desta empresa, tanto no trimestre atual quanto nos trimestres anteriores, foram transferidos para a rubrica de Resultados das Operações Descontinuadas, conforme CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada.

A seguir estão apresentados gráficos, em milhões de reais, com as evoluções trimestrais dos principais grupos de contas da Demonstração de Resultado Consolidado da PetroRio.



* Não inclui as despesas com baixa de poços secos e provisões para perda de valor (impairment)

CAIXA TOTAL, EQUIVALENTES E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

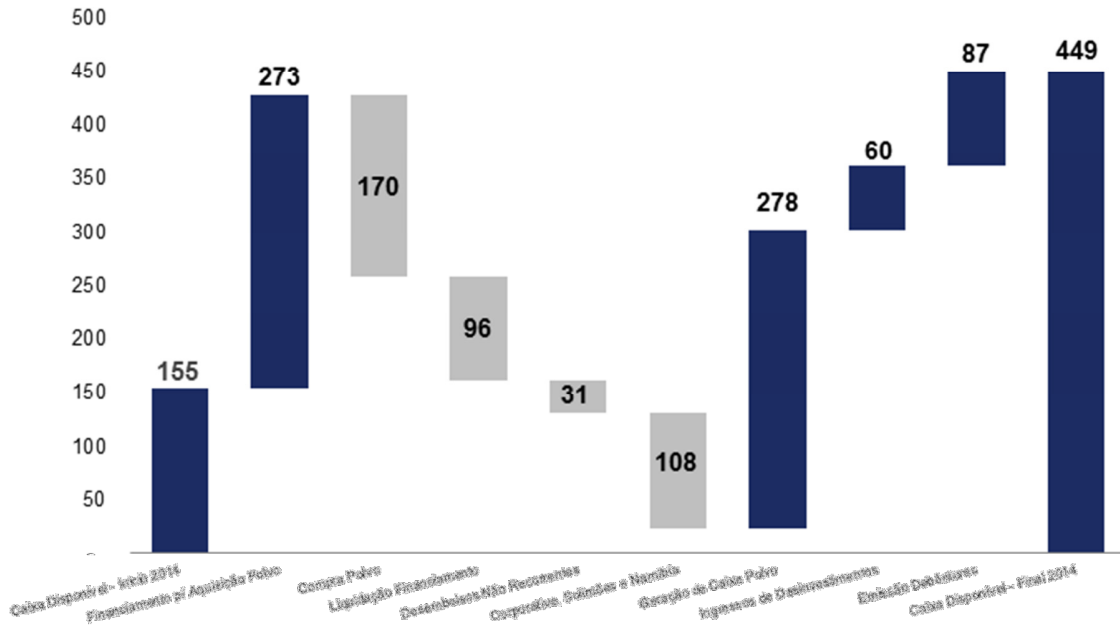
A Companhia encerrou o exercício de 2014 com posição de caixa consolidado de R\$ 449 milhões, apresentando um aumento de 190% em relação ao fechamento do ano anterior e de 11% em comparação ao trimestre imediatamente anterior.

Vale destacar:

- Ingressos de R\$ 468 milhões provenientes das vendas de óleo da produção do Campo de Polvo;
- Ingresso de Receita de Aplicação Financeira de R\$ 6 milhões;
- Recebimento de R\$ 4 milhões referentes a prestações de serviços com terceiros pela Integrated Petroleum Expertise Company - Serviços em Petróleo Ltda ("IPEX");
- Ingresso de R\$ 3 milhões decorrentes do aluguel de helicópteros para terceiros;
- Desembolsos líquidos de R\$ 311 milhões pertinentes as Campanhas de Exploração e Produção de petróleo (E&P). Este valor inclui o recebimento de Cash Calls de parceiros nos projetos Polvo, Solimões e Namíbia, totalizando R\$ 216 milhões;
- Desembolso de R\$ 164 milhões referente à aquisição de 60% de participação da BP no Campo de polvo;
- Desembolso de R\$ 4 milhões para Maersk referente ao adiantamento para aquisição de 40% de participação no Campo de Polvo;
- Desembolso de R\$ 2 milhões referentes ao Projeto de Solimões;
- Liquidação antecipada do saldo devedor, aproximadamente R\$ 96 milhões, do financiamento contraído junto ao banco Credit Suisse para aquisição da participação no Campo de Polvo;
- Desembolso de R\$ 31 milhões referentes à taxa de retenção de área da Campanha Exploratória do Campo de Polvo e devolução dos blocos SOL-T-148 e SOL-T-149 do projeto do Solimões;
- Ingresso de R\$ 60 milhões referentes ao plano de desinvestimento incluindo (i) transações de venda de 6% de participação nos Blocos do Solimões e 4 sondas de perfuração onshore para a Rosneft Brasil, (ii) Venda de 1 aeronave, e (ii) venda da subsidiária IPEX;
- Ingresso de R\$ 87 milhões provenientes da primeira emissão de debêntures conversíveis em ações;

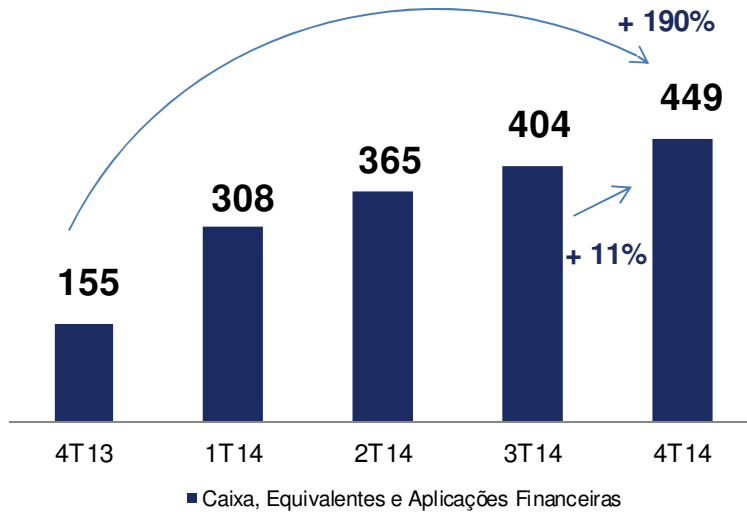
No gráfico a seguir está apresentado, de forma resumida, o fluxo de caixa, demonstrando as principais movimentações financeiras dos doze meses de 2014, destacando os desembolsos, ingressos de receitas e ingressos de capital decorrentes de financiamentos.

FLUXO DE CAIXA RESUMIDO



A seguir está apresentada a evolução das disponibilidades consolidadas da Companhia desde o 4T13, bem como os valores que foram mantidos em garantias durante esse período. A Companhia encontra-se, atualmente, livre de qualquer obrigação, decorrente de empréstimos e/ou financiamentos, assim como livre das garantias que restringiam sua liquidez.

EVOLUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES E DOS RECURSOS MANTIDOS EM GARANTIA



A seguir estão apresentadas as composições dos desembolsos registrados nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, por projetos, agrupados em desembolsos recorrentes e não recorrentes, destacando o recebimento de Cash Call de parceiros:

DESEMBOLSOS CONSOLIDADOS DO ANO DE 2014

Detalhamento	Solimões	Namíbia	Polvo	Corporativo	12M14	12M13	12M14 / 12M13
Recorrentes	111	21	190	(11)	311	757	-58,9%
Operação E&P	151	20	356	-	527	936	-43,7%
Sísmica (G&G)	3	4	4	-	11	107	-89,7%
G&A, Impostos & Despesas Financeiras	-	-	-	(11)	(11)	25	-144,0%
(-) Participação Parceiros (cash call)	(43)	(3)	(170)	-	(216)	(311)	-30,5%
Não Recorrentes	31	-	265	-	296	39	659,0%
Ativo imobilizado (equipamentos)	1	-	-	-	1	10	-90,0%
Direitos Exploratórios e Aquisições	30	-	169	-	199	29	586,2%
Empréstimos e Financiamentos	-	-	96	-	96	-	-
Total Desembolsos Líquidos	142	21	455	(11)	607	796	-23,7%

(em milhões de R\$)

AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, informamos que, durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, contratamos nossos Auditores Independentes principalmente para trabalhos de consultoria relacionados à reestruturação societária, além dos serviços de auditoria externa e revisões trimestrais.

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais, (c) promover nossos interesses. A política de atuação da Companhia, quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto a empresa de auditoria externa, se fundamenta nos princípios que preservem a independência do auditor independente.

As demonstrações financeiras da Companhia apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações auditadas.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes do artigo 25, 1º, item “v” e “vi” da instrução CVM 480/2009, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas pela Ernst & Young Auditores independentes S/S, e com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2015.

MANIFESTAÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Com base nos exames efetuados, constatando-se que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da PetroRio (HRT Participações em Petróleo S.A.), e à vista do parecer da Ernst Young Auditores Independentes S.S., apresentado sem ressalva, o Comitê de Auditoria opina favoravelmente à aprovação das referidas propostas e recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2015.

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DA ADMINISTRAÇÃO

Com base nos exames efetuados, constatando-se que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da PetroRio (HRT Participações em Petróleo S.A.), e à vista do parecer da Ernst Young, Auditores independentes S.S., apresentado sem ressalva, o Conselho de Administração aprova as demonstrações financeiras a serem submetidas à discussão e votação na Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da HRT Participações em Petróleo S.A..

Rio de Janeiro, 25 de março de 2015.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da HRT Participações em Petróleo S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no artigo 163, da Lei nº 6.404/1976, examinou o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras do resultado, todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. Com base nos documentos examinados, nas análises levadas a efeito e nos esclarecimentos apresentados por representante da Companhia e tendo em conta, ainda, o parecer dos auditores externos, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., datado de 25 de março de 2015, o CONSELHO FISCAL, por unanimidade, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apresentados à Assembleia Geral de Acionistas para deliberação. Apenas no que se refere à nota sob o título de ênfase que versa sobre ativos mantidos para venda, nota nº 9, foi feito pleito de revisão da respectiva redação no que tange apenas à forma.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2015.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos acionistas pelo apoio oferecido e pela confiança depositada na Administração da Companhia, aos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, pelo apoio prestado ao encaminhamento dos assuntos de elevado interesse da Companhia, aos colaboradores por seu empenho e dedicação nas operações e gestão da empresa, aos parceiros operacionais, pelo apoio e colaboração no suporte às atividades da Companhia, e as comunidades aonde realizamos nossas operações, pela credibilidade e reconhecimento manifestados à atuação da HRT. Adicionalmente, importante enfatizar o apoio do Governo do Brasil, do Governo do Estado do Amazonas onde está localizado o Solimões e do Governo do Estado do Rio de Janeiro onde mais recentemente concluímos a aquisição do Campo de Polvo na Bacia de Campos.

A Administração
Rio de Janeiro, 26 de março de 2015

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA DA

HRT PARTICIPAÇÕES EM PETRÓLEO S/A

CONFORME INSTRUÇÃO CVM N°509

O Comitê de Auditoria da HRT Participações em Petróleo S/A (“PetroRio” ou “Companhia”), que foi instalado em 1º de agosto de 2011, em conformidade com as melhores práticas de Governança Corporativa adotadas no Brasil e no mundo, realizou, 5 (cinco) reuniões até esta data referentes ao exercício 2014. Para o exercício 2013 foram realizadas 7 (sete) reuniões, descritas no Relatório Anual do Comitê de Auditoria de 2013.

A composição do Comitê de Auditoria existente nesta data foi indicada pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 20 de março de 2014, após a eleição desse novo Conselho de Administração pela Assembléia Geral Extraordinária realizada em 19 de março de 2014. Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2014 foi eleito o novo Conselho Fiscal, com mandato até a próxima AGO prevista para o final de abril de 2015.

Em diversas oportunidades, o Comitê de Auditoria reuniu-se com o Auditor Independente Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S. e tomou conhecimento dos seus relatórios acerca das Demonstrações Financeiras (Informações Trimestrais do Primeiro, Segundo e Terceiro Trimestres de 2014 e Demonstração Financeira Anual de 2014), dando-se por satisfeito com as informações e esclarecimentos prestados.

Nas mesmas oportunidades, o Comitê de Auditoria reuniu-se com o Diretor Financeiro e com a equipe de contabilidade da Companhia, também se dando por satisfeito com os esclarecimentos e as informações fornecidas.

O Comitê deliberou, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições, de acordo com as respectivas atas de reunião, o que segue:

Reunião de 21 de março de 2014

(a) Recomendar a aprovação, pelo Conselho de Administração da HRT, da DFP relativa ao exercício fiscal 2013 e que na presença do Conselho Fiscal, fossem ratificadas as aprovações das Demonstrações Financeiras de 2013 em reunião a ser realizada no dia 27 de março de 2014.

Reunião de 12 de maio de 2014

(a) O Comitê de Auditoria examinou as Informações Trimestrais referentes ao período findo em 31/03/2014, ainda sem o Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes e por conta disso considerando a previsão de conclusão da revisão dos auditores para 13 de maio de 2014, deliberaram o que segue:

(a.1) após analisar toda a documentação, obtendo os esclarecimentos necessários do Diretor Financeiro e da Contadora da Companhia, recomendaram a realização de nova reunião por teleconferência no próximo dia 14 de maio de 2014, de modo a acompanhar os eventuais ajustes que podem ser realizados nas Informações Trimestrais, bem como revisar o Relatório dos Auditores da EY, juntamente com representantes dos auditores, de modo a concluir a revisão e recomendação de divulgação das referidas Informações Trimestrais no dia 14 de maio de 2014 e realização da Conferência com analistas no dia 15 de maio de 2014;

(b) O Comitê de Auditoria tomou conhecimento da apresentação do Diretor Financeiro sobre os honorários dos auditores em 2013, bem como das horas adicionais realizadas, com seus respectivos detalhamentos,

(b.1) autorizando o Diretor Financeiro a negociar o seu pagamento até o limite apresentado, entretanto com meta de reduzir as horas cobradas negociando com os auditores redução adicional nos montantes cobrados e

(b.2) determinando que não sejam realizadas horas adicionais as previstas no contrato original sem a prévia aprovação do Comitê de Auditoria;

(c) o membros do Comitê de Auditoria tomaram conhecimento da apresentação com a proposta de renovação do contrato de prestação de serviços de auditoria independente pela EY para o exercício 2014 e até o primeiro trimestre de 2015, de acordo com os valores apresentados, orientando o Diretor Financeiro que realize e apresente para este comitê a cotação de preços e propostas até o final do presente exercício para o rodízio dos auditores independentes da Companhia a partir de 2015.

Adicionalmente foi apresentado o escopo indicativo de serviços não relacionados a auditoria independente que poderia ser prestados pelos auditores da EY com base em escopos anteriormente identificados. Considerando a natureza dos serviços, os membros do comitê de auditoria apenas tomaram conhecimento e deliberaram que cada contratação, se aplicável, seja apresentada para aprovação pelo Comitê de Auditoria.

Reunião de 14 de maio de 2014

Considerando que:

- (a) O Comitê de Auditoria havia examinado a versão preliminar das Informações Trimestrais referentes ao período findo em 31/03/2014 em reunião realizada em 12 de maio de 2014;
- (b) O Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes, foi emitido sem ressalvas; e
- (c) Tomaram conhecimento das principais alterações realizadas em relação à versão anteriormente apresentada,

Os membros do Comitê recomendaram ao Conselho de Administração a divulgação das referidas Informações Trimestrais no dia 14 de maio de 2014 e realização da Conferência com analistas no dia 15 de maio de 2014.

Reunião de 12 de agosto de 2014

Considerando que:

- (a) O Comitê de Auditoria havia examinado a versão preliminar das Informações Trimestrais referentes ao período findo em 30/06/2014;
- (b) O Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes, foi emitido sem ressalvas;

Os membros do Comitê recomendaram a aprovação pelo Conselho de Administração para a divulgação das referidas Informações Trimestrais no dia 14 de junho de 2014 e realização da Conferência com analistas no dia 15 de junho de 2014.

Também por unanimidade de votos, após ter sido solicitado que os auditores saíssem da sala de reunião e a deliberação realizada sem sua presença, ratificaram a aprovação da Contratação da EY, realizada preliminarmente por e-mail, para prestação de serviços adicionais, para os seguintes escopos: (i) Regularização das obrigações fiscais das empresas Luxemburguesas, (ii) Avaliação das remessas internacionais diante da reestruturação efetivada em 2012, e seus impactos e/ou riscos fiscais; e (iii) com relação a estruturação de uma Trading Company ficou acordado uma avaliação complementar com avaliação jurídica conjunta, a ser enviada para os membros do comitê de auditoria, mas desde já, também ficou aprovada a contratação da EY para esse serviço.

Adicionalmente, o Comitê de Auditoria tomou conhecimento das novas atribuições da Sra. Priscila Sarandy, e por unanimidade de votos a nomeou como Secretária do Comitê de Auditoria a partir da próxima reunião.

Reunião de 11 de novembro de 2014

Considerando que:

- (a) O Comitê de Auditoria havia examinado a versão preliminar das Informações Trimestrais referentes ao período findo em 30/09/2014;
- (b) O Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes, foi emitido sem ressalvas;

Os membros do Comitê recomendaram a aprovação pelo Conselho de Administração para a divulgação das referidas Informações Trimestrais no dia 13 de novembro de 2014 e a realização da Conferência com analistas no dia 14 de novembro de 2014.

25 de março de 2015

(a) Após analisar toda a documentação fornecida, obtendo os esclarecimentos necessários do Diretor Financeiro e da Contadora da Companhia, bem como dos representantes dos Auditores Independentes da EY, os membros do Comitê de Auditoria recomendaram:

(a.1) a aprovação, pelo Conselho de Administração da PetroRio, da DFP relativa ao exercício de 2014;

(a.2) a aprovação da seguinte manifestação do Comitê de Auditoria que deverá ser inserida no Relatório da Administração:

“Com base nos exames efetuados, constatando-se que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da HRT Participações em Petróleo S.A., e à vista do parecer da Ernst Young Terco Auditores Independentes S.S., de 25 de março de 2014, apresentado sem ressalva, o Comitê de Auditoria opina favoravelmente à aprovação das referidas propostas e recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração.”

(b) Consolidar as informações das reuniões do Comitê de Auditoria realizadas em 2014, juntamente com as informações constantes dessa 1ª reunião de 2015, de modo a elaborar o Relatório Anual do Comitê de Auditoria de 2015, que segue anexo à presente ata.

(c) Recomendar ao Conselho de Administração a aprovação da redução do capital social da Companhia para absorção parcial de prejuízos acumulados em montante equivalente ao valor do *impairment* das Demonstrações Financeiras de 2014.

(d) Recomendar ao Conselho de Administração a aprovação da substituição dos auditores independentes da Companhia, em observância às determinações da Instrução CVM nº 308/1999, conforme alterada e do Artigo 33 e parágrafos do Estatuto Social da Companhia, ficando a EY responsável pela revisão das Informações Trimestrais referentes ao primeiro trimestre de 2015, e passando a exercer as referidas atividades a partir de junho de 2015, para o período de 2 (dois) anos, a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, inscrita no CNPJ nº 49.928.567/0002-00 (Código CVM nº 0385-9), com sede na Av. Presidente Wilson, 231 - 22º andar - 20030-905-Rio de Janeiro-RJ.

Os membros do Comitê de Auditoria enfatizaram que a substituição do auditor independente da Companhia está sendo proposta exclusivamente em razão do alcance do prazo de 5 (cinco) anos previsto na regulamentação, em junho de 2015, quando o novo auditor assumirá as atividades, não havendo qualquer insatisfação ou restrição quanto aos serviços que vem sendo prestados pela EY.

(e) Ratificar a contratação de serviços adicionais e derivados relativos à revisão da estrutura internacional pela área de consultoria da EY, conforme proposta encaminhada e aprovada por e-mail entre os membros do Comitê, abrangendo a necessidade de identificação das principais consequências tributárias nas jurisdições relevantes, considerando alternativas para a venda dos Ativos Namibianos e operações de importação de direito, através de contrato de arrendamento de equipamentos, junto à HRT LUX ENERGY, empresa relacionada, gerando a necessidade de cálculo de Preços de Transferência. Tais serviços serão considerados dentro do escopo dos serviços então aprovados pelo Comitê de Auditoria na reunião realizada em 12 de agosto de 2014, que abrangeu: (i) a regularização das obrigações fiscais das empresas Luxemburguesas, (ii) a avaliação das remessas internacionais diante da reestruturação efetivada em 2012, e seus impactos e/ou riscos fiscais; e (iii) com relação a estruturação de uma Trading Company no exterior.

Neste período, não houve registro de quaisquer denúncias de descumprimento de normas, controles ou atos e omissões por parte da Administração da Companhia que indicasse a existência ou evidência de fraudes, falhas ou erros que colocassem em risco a credibilidade das demonstrações financeiras e contábeis da Companhia.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2015.

Vinicius do Nascimento Carrasco
Coordenador do Comitê de Auditoria

Ronaldo Carvalho da Silva

Composição do Conselho de Administração

Hélio Calixto da Costa
Presidente

Vinícius do Nascimento Carrasco
Vice Presidente

Elias Ndevanjema Shikongo
Haroldo Borges Rodrigues Lima
Pedro Grossi Junior
Ronaldo Carvalho da Silva
William Connel Steers

Composição do Conselho Fiscal

Titulares

Elias de Matos Brito
Roberto Portella
Gilberto Braga

Suplentes

Luiz Otávio Nunes West
João Manoel Mello
Luis Alberto Pereira de Matos

Composição da Diretoria Executiva

Jose Carlos Pedrosa
Diretor Presidente / Novos Negócios

Luiz Guilherme Esteves Marques
Diretor Financeiro

Ricardo Wagner Carvalho de Oliveira
Diretor Jurídico

Contadora

Claudia Almeida Santos Franqueira
CRC MG 068369/O-0 T-RJ

HRT Participações em Petróleo S.A.

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2014

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais (posição financeira)	3
Demonstrações dos resultados	5
Demonstração dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Demonstrações do valor adicionado (informação suplementar para fins de IFRS).....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
HRT Participações em Petróleo S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da HRT Participações em Petróleo S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da HRT Participações em Petróleo S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

Ênfase

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 9, que indica que a Companhia e suas controladas mantêm montantes significativos de ativos mantidos para a venda, cuja recuperação depende do sucesso de operações futuras. Essas condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à realização do investimento. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes que seriam requeridos caso algum dos investimentos não se realize pelos valores esperados, o que depende do sucesso das negociações em andamento. Os planos da Administração da Companhia em relação às essas atividades estão descritos na nota explicativa nº 9.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, mas não é requerida pelas IFRS. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 25 de Março de 2015.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6-F-RJ



Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC - 1RJ 093.771/O-9

HRT Participações em Petróleo S.A.

Balanços patrimoniais (posição financeira)
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	49	18	350.634	33.582
Títulos e valores mobiliários	7	87.924	18.165	98.312	120.957
Contas a receber		36	36	1.835	989
Tributos a recuperar	8	9.937	14.222	39.341	42.523
Ativo mantido para venda	9	-	-	258.158	155.540
Adiantamentos a fornecedores	10	194	113	42.191	33.008
Despesas antecipadas		-	1.148	3.486	3.057
Aplicações financeiras em garantia	7	-	-	-	273.001
Estoque de óleo		-	-	8.784	-
Outros créditos		53	69	3.495	10.593
		98.193	33.771	806.236	673.250
Não circulante					
Depósitos e cauções	21	4.440	4.392	5.026	4.590
Partes relacionadas	24	4.871	8.305	-	-
Investimentos	12	620.413	1.491.696	-	-
Imobilizado	13	609	760	72.925	139.124
Intangível	14	65	93	176.951	988.315
		630.398	1.505.246	254.902	1.132.029
Total do ativo		728.591	1.539.017	1.061.138	1.805.279

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	15	5.133	3.602	63.217	63.362
Obrigações trabalhistas		2.411	8.450	7.439	17.669
Tributos e contribuições sociais	20	4.890	8.737	8.518	26.301
Imposto de renda e contribuição social	21	-	-	8.498	65
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	-	70.380
Instrumentos financeiros		-	-	-	11.163
Partes relacionadas	24	6.856	180	-	-
Adiantamento de parceiros	11	-	-	32.837	25.896
Adiantamento para alienação de ativo fixo	9	-	-	47.812	-
Outras obrigações		-	-	-	8.968
		19.290	20.969	168.321	223.804
Não circulante					
Debêntures	17	87.568	-	87.568	-
Provisão para abandono de instalações	22	-	-	138.039	-
Provisão para contingências	32	-	-	33.838	-
Tributos e contribuições sociais diferidos	21	-	63.450	9.487	126.877
Outras obrigações		-	-	2.152	-
		87.568	63.450	271.084	126.877
Patrimônio líquido					
	23				
Capital social		3.821.206	3.821.205	3.821.206	3.821.205
Reservas de capital		416.914	416.914	416.914	416.914
Ajuste de avaliação patrimonial		361.162	190.955	361.162	190.955
Prejuízos acumulados		(2.974.476)	(736.606)	(2.974.476)	(736.606)
Resultado do exercício		(1.003.073)	(2.237.870)	(1.003.073)	(2.237.870)
		621.733	1.454.598	621.733	1.454.598
Total do passivo e patrimônio líquido		728.591	1.539.017	1.061.138	1.805.279

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Receita líquida		-	-	486.839	4.395
Custos dos produtos/serviços		-	-	(468.078)	(2.267)
Lucro bruto	25	-	-	18.761	2.128
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas de geologia e geofísica		-	-	(4.977)	(44.116)
Despesas com pessoal		(5.231)	(87.011)	(38.633)	(168.325)
Despesas gerais e administrativas		(4.840)	(5.771)	(30.857)	(46.528)
Despesas com serviços de terceiros		(10.879)	(8.312)	(55.393)	(40.803)
Impostos e taxas		114	(1.304)	(3.684)	(9.246)
Despesa de depreciação e amortização		(188)	(194)	(10.090)	(25.333)
Provisão para ajuste ao valor recuperável		(7.768)	(121.821)	(486.875)	(1.685.486)
Baixa de poços secos e blocos descontinuados		-	-	(541.791)	(591.165)
Resultado de equivalência patrimonial	12	(997.300)	(2.100.554)	-	-
Despesas financeiras	26	(665)	(53)	(65.573)	(90.167)
Receitas financeiras	26	1.482	13.027	81.445	134.233
Resultado na venda de participação acionária	12	1.502	2.274	1.502	-
Ganho reconhecido em combinação de negócios	14	-	-	96.705	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		2.873	-	(12.543)	3.646
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(1.020.900)	(2.309.719)	(1.052.003)	(2.561.162)
Imposto de renda e contribuição social	21				
Corrente		-	-	(13.287)	(3.972)
Diferido		17.827	71.849	66.528	327.264
Prejuízo das operações em continuidade		(1.003.073)	(2.237.870)	(998.762)	(2.237.870)
Resultado das operações descontinuadas		-	-	(4.311)	-
Prejuízo do exercício		(1.003.073)	(2.237.870)	(1.003.073)	(2.237.870)
Prejuízo por ação básico e diluído	23.3				
Básico		(33,718)	(7,534)	(33,718)	(7,534)
Diluído		(33,718)	(7,534)	(33,718)	(7,534)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Prejuízos acumulados	(1.003.073)	(2.237.870)
Outros resultados abrangentes		
Variação cambial de investimento no exterior, líquidos de impostos	171.091	6.034
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	171.091	6.034
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	(831.982)	(2.231.836)
Atribuível a acionistas da controladora	(831.982)	(2.231.836)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

HRT Participações em Petróleo S.A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avalição patrimonial	Prejuízo acumulado	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2013	3.817.130	416.914	161.939	(736.606)	3.659.377
Opção de ações exercidas	4.075	-	-	-	4.075
Variação cambial de investimento no exterior	-	-	6.034	-	6.034
Remuneração com base em participação acionária	-	-	22.982	-	22.982
Prejuízo do exercício	-	-	-	(2.237.870)	(2.237.870)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	3.821.205	416.914	190.955	(2.974.476)	1.454.598
Saldos em 1 de janeiro de 2014	3.821.205	416.914	190.955	(2.974.476)	1.454.598
Opção de ações exercidas	1	-	-	-	1
Variação cambial de investimento no exterior	-	-	171.091	-	171.091
Remuneração com base em participação acionária	-	-	(884)	-	(884)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.003.073)	(1.003.073)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	3.821.206	416.914	361.162	(3.977.549)	621.733

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do período (antes de impostos)	(1.020.900)	(2.309.719)	(1.052.003)	(2.561.162)
Depreciação e amortização	187	194	176.338	25.333
Receita financeira	(1.482)	(13.027)	(81.445)	(134.233)
Despesa financeira	665	53	65.573	90.167
Remuneração baseada em ações	(884)	22.982	(884)	22.982
Resultado de equivalência patrimonial	997.300	2.100.554	-	-
Perda/Baixa de ativos fixos	-	-	28.635	140
Provisão para contingências/perdas	-	-	57.128	260
Provisão para impairment	7.768	121.821	486.875	1.685.486
Ganho reconhecido em combinação de negócios	-	-	(96.705)	-
Baixa de poços secos e blocos descontinuados	-	-	541.791	591.165
	(17.346)	(77.142)	125.303	(279.862)
(Aumento) redução nos ativos				
Contas a receber	-	-	(846)	2.388
Tributos a recuperar	4.285	6.492	3.182	15.183
Despesas antecipadas	1.148	(1.066)	(429)	(1.046)
Adiantamento a fornecedores	(81)	38	(21.154)	(10.112)
Estoque	-	-	(5.646)	-
Outros créditos	15	53	7.097	(9.204)
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	1.531	2.420	(145)	(38.125)
Obrigações trabalhistas	(6.039)	1.752	(10.230)	(3.132)
Tributos e contribuições sociais	(3.847)	5.511	(9.350)	9.152
Partes relacionadas	10.110	(8.125)	-	-
Adiantamento a/de parceiros em operações de O&G	-	-	6.941	25.896
Outras obrigações	-	(219)	(6.555)	6.127
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(10.223)	(70.286)	88.168	(282.735)
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
(Aplicação) resgate de títulos e valores mobiliários	(68.943)	313.060	75.122	825.658
Depósito em garantia/judicial	(48)	(4.392)	272.565	(134.032)
Ativo mantido pra venda	-	-	7.937	-
Adiantamento para alienação de ativo imobilizado	-	-	47.812	-
(Compra) venda de ativo imobilizado	(7)	110	(48.934)	15.505
(Compra) venda de ativo intangível	-	(23)	986	(483.336)
(Compra) ativos do Polvo	-	-	(132.630)	-
Integralização de capital em controlada	(12.385)	(254.568)	-	-
Venda de participação societária	4.068	11.912	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(77.315)	66.099	222.858	223.795
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos e financiamentos	-	-	(70.380)	62.060
Debêntures conversíveis em ações	87.568	-	87.568	-
Operação com derivativos	-	-	(11.163)	(17.255)
Integralização de capital	1	4.075	1	4.075
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	87.569	4.075	6.026	48.880
Variação cambial	-	-	-	6.034
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	31	(112)	317.052	(4.026)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	18	130	33.582	37.608
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	49	18	350.634	33.582
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	31	(112)	317.052	(4.026)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Demonstrações do valor adicionado (informação suplementar para fins de IFRS)

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Receitas				
Venda de produtos/serviços	-	-	486.839	4.395
Outras Receitas	-	-	-	-
	-	-	486.839	4.395
Insumos e serviços				
Serviços de terceiros e outros	(10.879)	(8.312)	(55.393)	(40.803)
Despesas com geologia e geofísica	-	-	(4.977)	(44.116)
Custos dos serviços	-	-	(254.861)	(2.267)
Valor adicionado bruto	(10.879)	(8.312)	171.608	(82.791)
Retenções				
Depreciação e amortização	(188)	(194)	(176.338)	(25.333)
Valor adicionado líquido	(11.067)	(8.506)	(4.730)	(108.124)
Valor adicionado transferido				
Resultado financeiro líquido	816	12.974	15.872	44.066
Resultado de equivalência patrimonial	(997.300)	(2.100.554)	-	-
Impostos diferidos	17.827	71.849	66.528	327.264
Baixa de poços secos e blocos descontinuados	-	-	(541.791)	(591.165)
Provisão de <i>Impairment</i>	(7.768)	(121.821)	(486.875)	(1.685.486)
Resultado de operações descontinuadas	-	-	(4.311)	-
Compra vantajosa dos Ativos do Polvo	-	-	96.705	-
Aluguéis, royalties e outros	(464)	(3.497)	(88.867)	(42.882)
Valor adicionado a distribuir	(997.956)	(2.149.555)	(947.469)	(2.056.327)
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	5.231	87.011	38.633	168.325
Tributos	(114)	1.304	16.971	13.218
Participação atribuível aos acionistas do Grupo	(1.003.073)	(2.237.870)	(1.003.073)	(2.237.870)
Valor adicionado distribuído	(997.956)	(2.149.555)	(947.469)	(2.056.327)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A HRT Participações em Petróleo S.A. (Companhia ou HRT) foi constituída em 17 de julho de 2009. Mantém sua sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, Brasil tendo como objeto social: (1) a participação em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior, independentemente de sua atividade; e (2) (i) a prestação de serviços de consultoria e projetos de investigação nas áreas de meio ambiente, petróleo, gás natural, mineração, prestando assessoria profissional a empresas nas áreas de coleta, análises químicas (orgânica e inorgânica) e interpretação de dados de natureza geológica, geoquímica, geofísica e sensoriamento remoto de tais dados, bem como consultoria em comércio exterior; (ii) a exploração, o desenvolvimento e a produção de petróleo e gás natural; (iii) a importação, exportação, refino, comercialização e distribuição de petróleo, gás natural, combustíveis e produtos derivados de petróleo; e (iv) a geração, comercialização e distribuição de energia elétrica.

A Companhia tem suas atividades voltadas para a exploração e produção de óleo e gás natural, operando na Bacia de Campos, Estado do Rio de Janeiro, Bacia Sedimentar do Solimões, Estado do Amazonas, e também na Namíbia, na costa oeste da África.

A Companhia dispõe em seu portfólio de 26 blocos exploratórios posicionados *onshore* e *offshore*, sendo 16 blocos *onshore* na Bacia do Solimões, com participação de 55%, o qual encontra-se em processo de transferência de operação para a Rosneft Brasil E&P Ltda. ("Rosneft"), conforme discutido na nota 11. Ainda no Brasil, detém 10% de participação em 2 blocos exploratórios em bacias *onshore*, situados nas Bacias do Recôncavo (BA), do Espírito Santo (ES) e do Rio do Peixe (PB). Na Namíbia, a controlada HRT Africa é operadora de 10 blocos exploratórios situados no *offshore* nas bacias de Walvis e Orange com participações entre 86% e 100%. As notas explicativas 12 e 14 apresentam maiores detalhes das operações mantidas pela Companhia e suas controladas.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Em 6 de maio de 2013 a Companhia, juntamente com sua subsidiária HRT O&G Exploração e Produção de Petróleo Ltda. ("HRTO&G"), celebraram contrato de compra e venda com a BP Energy do Brasil Ltda. ("BP") para adquirir 60% de participação no Campo de Polvo no valor de US\$135 milhões ajustados aos efeitos discutidos na nota explicativa 14, com data de vigência em 1º de janeiro de 2013. A HRT e a HRTO&G assinaram um contrato de empréstimo com o banco Credit Suisse para financiar a maior parte do valor da aquisição. Este empréstimo foi liquidado em 21 de fevereiro de 2014.

O Campo de Polvo está localizado na porção sul da Bacia de Campos, a 100 km a leste da cidade de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro. A produção diária é de aproximadamente 10.000 barris, com 20.3º API, por meio de três reservatórios produtores: arenitos da Formação Carapebus, idades Maastrichtiana e Turoniana e carbonatos da Formação Macaé/Membro Quissamã, de idade Albiana.

A licença cobre uma área de aproximadamente 134 km² com vários prospectos para futuras explorações.

O contrato de compra e venda também contemplou a aquisição de 100% de participação na empresa BP Energy América LLC ("BPEA" ou "HRT Lux Energy" - atual HRT Lux Energy S.à.r.l.), proprietária da plataforma fixa, "Polvo A", e de uma sonda de perfuração de 3.000 HP, equipamentos necessários para a operação do campo. A plataforma "Polvo A" está interligada ao "FPSO Polvo", que tem capacidade para separação de hidrocarbonetos, tratamento da água, produção de energia, estocagem e transferência de óleo.

Em 18 de dezembro de 2013 a cessão de direitos relativa à participação no Campo de Polvo da BP Energy do Brasil Ltda. ("BP") foi aprovada pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), através do Ofício nº 1.397/2013/SEP.

No dia 08 de janeiro de 2014 a HRT O&G concluiu a transação comercial com a BP, passando a ser operadora do Campo do Polvo, que tem como parceiro a Maersk Energia Ltda. ("Maersk").

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis

2.1. Base de apresentação

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). Até 31 de dezembro de 2013, essas práticas diferiam do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação do investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras estão fundamentadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de apresentação--Continuação

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas que poderão resultar em ajustes dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota nº 9 – Ativo mantido para venda;
- Nota nº 14 – Intangível, principalmente ao que se referem a baixas e valor recuperável dos ativos de óleo & gás;
- Nota nº 18 – *Impairment*;
- Nota nº 21 – Imposto de renda e contribuições sociais correntes e diferidos;
- Nota nº 22 – Provisão para o abandono;
- Nota nº 23.2 – Opção de compras de ações;
- Nota nº 29 – Instrumentos financeiros;
- Nota nº 32 – Provisão para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras em 25 de março de 2015.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da HRT e suas controladas em 31 de dezembro de 2014. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito de retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida;
- A capacidade de usar seu poder em relação à investida para afetar os resultados.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando o Grupo tiver menos da maioria dos direitos de voto ou semelhantes de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual com outros detentores de voto da investida;
- Direitos originados de acordos contratuais;
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo.

O grupo avalia se exerce o controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando o Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Base de consolidação—Continuação

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores da Companhia, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é dada a baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado.

O resultado de conversão sobre itens monetários de entidade no exterior é considerado parte do investimento líquido da controladora na controlada uma vez que a liquidação não é provável de ocorrer e tampouco planejada para um futuro previsível. Dessa forma a diferença cambial é reconhecida em outros resultados abrangentes em conta específica do patrimônio líquido. Quando uma entidade no exterior é vendida, a diferença cambial é reconhecida no resultado do exercício como ganho ou perda.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem:

	Participação (%)			
	31/12/2014		31/12/2013	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladora – HRT Participações em Petróleo S.A.				
Empresas consolidadas integralmente				
HRT O&G Exploração e Produção de Petróleo Ltda.	100,00	-	100,00	-
HRT América Inc.	100,00	-	100,00	-
IPEX - - Integrated Petroleum Expertise Company Serviços em Petróleo Ltda.	-	-	100,00	-
HRT África Petróleo S.A.	88,68	11,32	84,17	15,83
HRT Luxembourg Holding Sarl	-	100,00	-	100,00
HRT Lux Energy Sarl	-	100,00	-	100,00
HRT Netherlands BV	-	100,00	-	100,00
HRT Walvis Petroleum (Pty) Ltd.	-	100,00	-	100,00
HRT Canada Inc.	-	100,00	-	100,00
HRT Luderitz Luxembourg Holding SARL	-	100,00	-	100,00
HRT Luderitz Petroleum (Pty) Ltd.	-	100,00	-	100,00
HRT Luxembourg Sarl	-	100,00	-	100,00
Cumoxi Investments (Pty) Ltd.	-	100,00	-	100,00
Kunene Energy (Pty) Ltd.	-	100,00	-	100,00
Orange Petroleum Ltd.	-	100,00	-	100,00

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.3. Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo nas datas de aquisição das parcelas adicionais, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente consideradas como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidos de acordo com o CPC 38 na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.3. Combinação de negócios--Continuação

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

2.4. Investimentos em coligadas e em *joint ventures*

Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas.

Joint venture é um tipo de acordo conjunto por meio do qual as partes que tenham controle conjunto sobre o acordo têm direitos aos ativos líquidos da *joint venture*. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de um controle, existente apenas quando decisões sobre as atividades pertinentes exigirem consentimento unânime das partes que estiverem compartilhando o controle.

As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa ou controle conjunto são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às subsidiárias.

Os investimentos da Companhia em suas coligadas e na *joint venture* são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.4. Investimentos em coligadas e em *joint ventures*--Continuação

Com base no método de equivalência patrimonial, o investimento em uma coligada ou *joint venture* é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações da participação do Grupo no patrimônio líquido da coligada ou da *joint venture* a partir da data de aquisição. O ágio relativo à coligada ou *joint venture* é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem individualmente testado para fins de redução do valor recuperável dos ativos.

A demonstração do resultado reflete a participação do Grupo nos resultados operacionais das coligadas ou *joint venture*. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio das coligadas ou na *joint venture*, o Grupo reconhecerá a sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a coligada ou *joint venture* são eliminados em proporção à participação na coligada ou *joint venture*.

A soma da participação da Companhia nos resultados de uma coligada ou *joint venture* é apresentada na demonstração do resultado, fora do lucro operacional, representando o resultado após os impostos e participações de não controladores nas controladas da coligada ou *joint venture*.

As demonstrações financeiras das coligadas ou *joint venture* são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em suas coligadas ou *joint venture*. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento nas coligadas ou *joint venture* sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, o Grupo calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada ou *joint venture* e o valor contábil e reconhece a perda na rubrica "Participação em lucros de coligada e *joint venture*", na demonstração do resultado.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.4. Investimentos em coligadas e em *joint ventures*--Continuação

Ao perder influência significativa sobre as coligadas ou controle conjunto sobre a *joint venture*, o Grupo mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil das coligadas ou *joint venture*, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação serão reconhecidos no resultado.

2.5. Classificação corrente *versus* não corrente

O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante.

Um ativo é classificado no circulante quando:

- Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal.
- For mantido principalmente para negociação.
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação.
- Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca, ou seja, utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal.
- For mantido principalmente para negociação.
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação.
- Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6. Mensuração do valor justo

Os valores contábeis de ativos e passivos reconhecidos que representam itens objeto de hedge a valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, são ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de hedge.

2.7. Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e/ou suas controladas, e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita com as vendas de petróleo é reconhecida no resultado quando os riscos e benefícios significativos da propriedade do produto forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega, de acordo com os termos do contrato de venda. A receita de venda é mensurada ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de retornos e subsídios, descontos comerciais e descontos por volume.

Prestação de serviços

A receita de serviços de pesquisas geofísicas e geológicas da controlada IPEX é reconhecida à medida que os serviços correlatos são prestados e possam ser medidos de forma confiável, dentro de critérios previstos contratualmente. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Reconhecimento da receita--Continuação

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros previstos de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. Os instrumentos financeiros designados como valor justo através do resultado, que incluem ativos financeiros mantidos para negociação e instrumentos derivativos, são marcados a mercado a cada período, em contrapartida à receita financeira.

2.8. Impostos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8. Impostos--Continuação

Impostos diferidos--Continuação

- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8. Impostos--Continuação

Impostos diferidos--Continuação

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.9. Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas

A Companhia classifica ativos não circulantes e grupos de alienação quando mantidos para distribuição a acionistas da controladora se os valores contábeis forem recuperados principalmente por meio da distribuição, e não por meio do uso continuado. Esses ativos não circulantes e grupos de alienação classificados como mantidos para distribuição são mensurados a valor contábil e a valor justo deduzido de custos de venda ou distribuição, dos dois o menor. Os custos de distribuição são custos incrementais diretamente atribuíveis à distribuição, excluindo custos financeiros e despesas de imposto de renda.

Os critérios de classificados de itens mantidos para distribuição são considerados como atendidos somente quando a venda ou distribuição for altamente provável e o ativo ou grupo de alienação estiver disponível para distribuição imediata em sua presente condição. As ações necessárias para concluir a distribuição devem indicar se é provável a ocorrência de mudanças significativas na distribuição ou que a distribuição será retirada. A administração deve estar comprometida com a distribuição esperada dentro de um ano a partir da data da classificação.

O ativo imobilizado e o ativo intangível não são depreciados ou amortizados quando classificados como mantidos para distribuição.

Ativos e passivos classificados como mantidos para distribuição são apresentados separadamente como itens circulantes no balanço patrimonial.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.9. Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas-- Continuação

Um grupo de alienação se qualifica como operação descontinuada se representar um componente de uma entidade que foi alienado ou classificado como mantido para venda, e:

- Representar uma importante linha em separado de negócios ou área geográfica de operações;
- For parte de um único plano coordenado para alienar uma importante linha de negócios ou área geográfica de operações;
- For controlada adquirida exclusivamente com objetivo de venda.

Operações descontinuadas são excluídas das operações contínuas, sendo apresentadas como um único valor no resultado após os impostos a partir de operações descontinuadas na demonstração do resultado.

Divulgações adicionais são apresentadas na Nota 9. Todas as demais notas às demonstrações financeiras incluem valores para operações contínuas, a menos que mencionado de outra forma.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.10. Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação calculada pelo método linear ao longo da vida útil do ativo, ou pelo método das unidades produzidas para os ativos de óleo e gás (quando em operação) e da provisão para redução do seu valor recuperável, quando aplicável. As benfeitorias em imóveis de terceiros são amortizadas com base no prazo do contrato de aluguel ou expectativa de vida útil do imóvel, dos dois o menor.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e do valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.11. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável e incluem os gastos com direitos e concessões, principalmente, os bônus de assinatura correspondentes às ofertas para a obtenção de concessões para exploração de petróleo e gás natural.

Os gastos com exploração, avaliação e desenvolvimento da produção são contabilizados utilizando o método dos esforços bem-sucedidos (*successful efforts method of accounting*).

Custos incorridos antes da obtenção das concessões e gastos com estudos e pesquisas geológicas e geofísicas são lançados ao resultado.

Os gastos com a exploração e avaliação diretamente associados ao poço exploratório são capitalizados como ativos de exploração e avaliação, até que a perfuração do poço seja completada e seus resultados avaliados. Estes custos incluem materiais e combustíveis utilizados, aluguéis de sondas e outros incorridos com terceiros.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.11. Intangível--Continuação

Caso não sejam encontradas reservas comerciais, os gastos efetuados em cada poço exploratório serão baixados ao resultado. Se reservas forem encontradas, o custo será mantido no ativo até que avaliações adicionais quanto à comercialidade da reserva de hidrocarbonetos sejam concluídas.

Os ativos exploratórios estão sujeitos a revisões técnicas, comerciais e financeiras, pelo menos anualmente, para confirmar a intenção da Administração de desenvolver e produzir hidrocarbonetos na área. Quando são identificadas reservas provadas e o desenvolvimento é autorizado, os gastos exploratórios da área são transferidos para “ativos de óleo e gás”.

Na fase de desenvolvimento, as inversões para construção, instalação e infra-estrutura (como plataformas, dutos e perfuração de poços de desenvolvimento e de delimitação) são capitalizadas como “ativos de óleo e gás”.

Os custos para futuro abandono e desmantelamento das áreas de produção serão estimados e registrados como parte dos custos destes ativos em contrapartida à provisão que suportará tais gastos, tão logo exista uma obrigação legal ou construtiva de desmantelamento da área. Esta provisão será apresentada como ativo imobilizado em contrapartida ao passivo exigível a longo prazo.

As estimativas dos custos com abandono serão contabilizadas levando-se em conta o valor presente destas obrigações, descontadas a uma taxa de juros livre de risco. Tais estimativas serão revistas pelo menos uma vez por ano ou quando houver indicação de mudanças relevantes, com a conseqüente revisão de cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de ativos e passivos. A provisão será atualizada, mensalmente, em base *pró-rata* considerando-se a taxa de desconto livre de risco com a qual terá sido descontada em contrapartida a uma despesa financeira.

Os ativos de óleo e gás, incluindo os custos para futuro abandono e desmantelamento das áreas, serão depreciados pelo método das unidades produzidas, com base na razão entre a produção de óleo e gás de cada campo no período e suas respectivas reservas provadas desenvolvidas. Para os ativos que beneficiarão toda a vida útil econômica do campo, como bônus de assinatura, bases de apoio, gasodutos e oleodutos, a depreciação será calculada considerando-se a produção do período e as reservas provadas totais.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.11. Intangível--Continuação

Instalações e infra-estrutura, cuja vida útil econômica é inferior a vida econômica das reservas do campo, serão depreciados pelo método linear.

A Administração revisa, anualmente, o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, será constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Estas perdas serão classificadas em rubrica específica ("perdas no valor recuperável de ativos") na demonstração do resultado.

O valor recuperável de uma determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Em ambos os casos, serão utilizadas estimativas e premissas consideradas razoáveis pela Administração. É possível que a cotação do preço do óleo no mercado internacional varie negativamente, o que pode impactar a economicidade de uma determinada área. A Administração monitora periodicamente os indicadores internos e externos que possam resultar em redução do valor recuperável dos seus ativos.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.12. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.13. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

(i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o bem.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis, instrumentos financeiros cotados e não cotados e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado
- Empréstimos e contas a receber
- Investimentos mantidos até o vencimento
- Investimentos financeiros disponíveis para venda

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.13. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente --Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Companhia que não satisfazem os critérios para a contabilidade de hedge, definidos pela CPC 38. Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não estão intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, são também classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam classificados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não designou nenhum ativo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

Derivativos embutidos em contratos principais são contabilizados como derivativos separados quando os seus riscos e características econômicas não são intimamente relacionados com aqueles dos contratos principais e os contratos principais não forem contabilizados a valor justo por meio do resultado. Esses derivativos embutidos são mensurados a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas resultantes de variações no valor justo reconhecidos na demonstração do resultado. Uma nova revisão somente ocorre quando houver alguma mudança nos termos do contrato que significativamente altere os fluxos de caixa que, de outra forma, seriam requeridos.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.13. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente --Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando o Grupo tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. A Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.13. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente --Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Estes ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida. Títulos de dívida nessa categoria são aqueles que se pretende manter por um período indefinido e que podem ser vendidos para atender às necessidades de liquidez ou em resposta às mudanças nas condições de mercado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são apurados pelo valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.13. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente --Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Ativos financeiros disponíveis para venda--Continuação

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

O valor justo de ativos monetários disponíveis para a venda denominados em moeda estrangeira é mensurado nessa moeda estrangeira e convertido utilizando-se a taxa de câmbio à vista vigente na data de reporte das demonstrações financeiras. As variações do valor justo atribuíveis a diferenças de conversão que resultam de uma mudança do custo amortizado do ativo são reconhecidas no resultado, e as demais variações são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

A Companhia não registrou nenhum ativo financeiro disponível para venda durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.13. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente --Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Desreconhecimento (baixa)

O envolvimento contínuo que toma a forma de garantia em relação ao ativo transferido é mensurado com base no valor contábil original do ativo ou no valor máximo da contraprestação que poderia ser exigido que a Companhia amortizasse, dos dois o menor.

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do Grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.13. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente --Continuação

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros --Continuação

Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, o Grupo inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se o Grupo concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

O valor de qualquer perda por redução ao valor recuperável é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.13. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente --Continuação

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

Ativos financeiros ao custo amortizado--Continuação

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para o Grupo. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

Instrumentos financeiros disponíveis para venda

Para instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, o Grupo avalia se há alguma evidência objetiva de que o investimento é recuperável a cada data do balanço.

Para investimentos em instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, evidência objetiva inclui uma perda significativa e prolongada no valor justo dos investimentos, abaixo de seu custo contábil. Quando há evidência de perda por redução ao valor recuperável, a perda acumulada - mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo corrente, menos a perda por redução ao valor recuperável que tenha sido previamente reconhecida no resultado - é reclassificada do patrimônio líquido para o resultado. Aumentos no valor justo após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável são reconhecidos diretamente no resultado abrangente.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.13. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente --Continuação

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

Instrumentos financeiros disponíveis para venda--Continuação

No caso de instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, a perda por redução ao valor recuperável é avaliada com base nos mesmos critérios utilizados para ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado. Contudo, o valor registrado como perda por redução ao valor recuperável é a perda cumulativa mensurada pela diferença entre o custo amortizado e o valor justo corrente, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável no investimento previamente reconhecida na demonstração de resultado.

Juros continuam a ser computados pela taxa de juros efetiva utilizada para descontar o fluxo de caixa futuro para a perda por redução ao valor recuperável sobre o valor contábil reduzido do ativo. A receita de juros é registrada como receita financeira. Quando, em um exercício subsequente, o valor justo de um instrumento de dívida aumentar e este aumento puder objetivamente ser relacionado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável na demonstração do resultado, a perda por redução ao valor recuperável é revertida na demonstração do resultado.

(iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados, como reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, contas a pagar, ou como derivativos classificados como instrumento de hedge, conforme o caso.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.13. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente --Continuação

(iii) Passivos financeiros--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Os passivos financeiros do Grupo incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, contratos de garantia financeira e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38. Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, e também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

O Grupo não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.13. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente --Continuação

(iii) Passivos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetiva.

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pelo Grupo são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas, quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos da transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.13. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente --Continuação

(iv) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.14. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

O Grupo pode utilizar instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda, contratos a termo de commodities e swaps de taxa de juros para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio, o risco de variação dos preços de commodities e o risco de variação das taxas de juros, respectivamente.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo e, como passivos financeiros, quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos hedges de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes e posteriormente reclassificada para o resultado quando o item de hedge afetar o resultado.

Para os fins de contabilidade de hedge (hedge accounting), existem as seguintes classificações:

- Hedge de valor justo ao fornecer proteção contra a exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.14. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge--Continuação

- Hedge de fluxo de caixa ao fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.
- Hedge de investimento líquido numa unidade operacional estrangeira.

No reconhecimento inicial de uma relação de hedge, o Grupo classifica formalmente e documenta a relação de hedge à qual o Grupo deseja aplicar contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma em que o Grupo irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de hedge. Quanto a hedge de fluxos de caixa, a demonstração do caráter altamente provável da transação prevista objeto do hedge, assim como os períodos previstos de transferência dos ganhos ou perdas decorrentes dos instrumentos de hedge do patrimônio líquido para o resultado, são também incluídos na documentação da relação de hedge. Espera-se que esses hedges sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram efetivamente eficazes ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

Hedges que satisfazem os critérios para sua contabilidade são registrados da seguinte forma:

Hedge de valor justo

A mudança no valor justo de um derivativo de hedging é reconhecida na demonstração do resultado como custos financeiros. A mudança no valor justo do item objeto de *hedge* relacionada ao risco objeto de *hedge* é registrada como ajuste do valor contábil do item objeto de *hedge*, sendo também reconhecida na demonstração do resultado como custos financeiros.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.14. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge--Continuação

Hedge de valor justo--Continuação

Para hedges a valor justo relacionados com itens contabilizados a custo amortizado, eventuais ajustes a valor contábil são amortizados por meio do resultado ao longo do prazo restante do hedge utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ter início tão logo se faça um ajuste e durará, no máximo, até a data em que o item objeto de hedge deixa de ser ajustado para refletir mudanças no valor justo atribuível ao risco que está sendo objeto de hedge.

Se o item objeto de *hedge* for baixado, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente na demonstração do resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item objeto de *hedge* numa relação de *hedge*, a variação acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco objeto de hedge é reconhecida como um ativo financeiro quando ela for positiva ou como um passivo financeiro quando ela for negativa, com o reconhecimento de um correspondente ganho ou perda no resultado.

O Grupo conta com swap de taxa de juros utilizada para proteger a exposição a variações no valor justo do empréstimo garantindo à taxa fixa de 4%.

Hedge de fluxo de caixa

A parte eficaz do ganho ou perda do instrumento de hedge é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto a parte ineficaz do hedge é reconhecida imediatamente no resultado financeiro.

Quando a estratégia documentada da gestão de risco do Grupo para uma relação de hedge em particular excluir da avaliação da eficácia de hedge um componente específico do ganho ou perda ou os respectivos fluxos de caixa do instrumento de hedge, esse componente do ganho ou perda excluído é reconhecido imediatamente no resultado financeiro.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.14. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge--Continuação

Hedge de fluxo de caixa--Continuação

Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de hedge afetar o resultado, por exemplo, quando a receita ou despesa financeira objeto de hedge for reconhecida ou quando uma venda prevista ocorrer. Quando o item objeto de hedge for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.

Se o instrumento de hedge expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem (como parte da estratégia de hedging), ou se a sua classificação como hedge for revogada, ou quando a cobertura deixar de cumprir os critérios de contabilização de hedge, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou o compromisso firme seja cumprido.

O Grupo utiliza contratos de câmbio a termo para oferecer proteção contra a sua exposição ao risco cambial relacionada a transações previstas futuras altamente prováveis e a compromissos firmes, bem como contratos a termo de commodities contra a sua exposição à volatilidade nos preços de commodities.

Hedges de investimento líquido

Hedges de investimentos líquidos em operações no exterior, inclusive hedge de item monetário que são contabilizados como parte do investimento líquido, são contabilizados de forma similar ao hedge de fluxo de caixa. Ganhos ou perdas no instrumento de hedge relacionado à parte eficaz do hedge são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto quaisquer ganhos ou perdas relacionados à parte ineficaz são reconhecidos no resultado. Na alienação da operação no exterior, o valor cumulativo dos ganhos ou perdas reconhecido diretamente no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.15. Estoques

Os custos incorridos para levar o produto à sua localização e condição são mensurados pelo seu custo médio ponderado de aquisição ou de produção.

O valor de realização líquido compreende o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e aqueles necessários para a realização da venda.

2.16. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins. O Grupo considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalentes de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.17. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.17. Provisões -- Continuação

Obrigação por desativação de ativos

A provisão para abandono surgiu na aquisição campo de polvo. Os custos de desativação de ativos são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação utilizando fluxos de caixa estimados, sendo reconhecidos como corrente que reflete os riscos específicos inerentes à obrigação por desativação de ativos. O efeito financeiro do desconto é contabilizado em despesa conforme incorrido e reconhecido na demonstração do resultado como um custo financeiro. Os custos futuros estimados de desativação de ativos são revisados anualmente e ajustados, conforme o caso. Mudanças nos custos futuros estimados ou na taxa de desconto aplicada são adicionadas ou deduzidas do custo do ativo.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia constituiu provisão no valor de R\$33.636.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.18. Transações envolvendo pagamento em ações

Funcionários (inclusive executivos) do Grupo e de suas controladas receberam remuneração em forma de pagamento baseado em ações, em que os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais (“transações liquidadas com títulos patrimoniais”).

Transações liquidadas com títulos patrimoniais

O custo de transações com funcionários liquidadas, com instrumentos patrimoniais e com prêmios outorgados é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, o Grupo utiliza-se de um especialista de precificação que emprega um método de valorização apropriado.

O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a *performance* e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa do Grupo do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos.

A despesa ou crédito na demonstração do resultado do exercício é registrado em “despesas de pessoal”, em contrapartida à conta “ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido”, e representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele período.

Nenhuma despesa é reconhecida por prêmios que não completam o seu período de aquisição, exceto prêmios em que a aquisição é condicionada a um evento de mercado (condição conectada ao preço das ações do Grupo), a qual é tratada como adquirida, independentemente se as condições do mercado são satisfeitas ou não, desde que todas as outras condições de aquisição forem satisfeitas.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.18. Transações envolvendo pagamento em ações-- Continuação

Transações liquidadas com títulos patrimoniais--Continuação

Em uma transação liquidada com títulos patrimoniais em que o plano é modificado, a despesa mínima reconhecida em “despesas de pessoal” corresponde às despesas como se os termos não tivessem sido alterados. Uma despesa adicional é reconhecida para qualquer modificação que aumenta o valor justo total do contrato de pagamentos liquidados com títulos patrimoniais.

O efeito de diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído (Nota 23.3).

A Companhia não mantém transações envolvendo pagamentos em ações com previsão para liquidação com caixa.

2.19. Conversão de saldos em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real (em milhares de Reais - R\$), que é a moeda funcional da controladora.

A moeda funcional de suas controladas no exterior é o dólar norte-americano, em função de seu plano de negócios e principalmente em decorrência dos seus custos de operação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional aplicando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos, verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios, são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.19. Conversão de saldos em moeda estrangeira--Continuação

Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional do Grupo é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação do Grupo e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade e expressas em reais.

Transações denominadas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente (PTAX de venda publicada pelo BACEN) na data da transação e dos respectivos encerramentos dos exercícios, são reconhecidos como ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.20. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, o Grupo concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

2.21. Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Grupo como arrendatário

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem ao Grupo basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo de sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que o Grupo obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.21. Arrendamentos mercantis -- Continuação

Grupo como arrendador

Arrendamentos mercantis para os quais o Grupo não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da posse do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos mercantis operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de aluguel. Aluguéis contingentes são reconhecidos como receita ao longo do tempo em que eles são auferidos.

2.22. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03R2.

2.23. Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09.

2.24. Novas normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o período findo em 31 de dezembro de 2014. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros” aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substituiu a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio de resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.24. Novas normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor -- Continuação

O IFRS 9 abranda as exigências de efetividade do *hedge*, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de *hedge* e que o índice de *hedge* seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

IFRS 15 – “Receita de Contratos com Clientes” – Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2017 e substitui a IAS 11 – “Contratos de Construção”, IAS 18 – “Receitas” e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas podem levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas:

Compromissos de arrendamento operacional - Grupo como arrendador

A Companhia contratou arrendamentos mercantis comerciais na sua carteira de propriedades para investimento. A Companhia determinou, com base em sua avaliação dos termos e condições dos contratos, que assume todos os riscos e benefícios significativos da propriedade dos referidos bens; desta forma, contabiliza os contratos como arrendamentos mercantis operacionais.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas --Continuação

Julgamentos--Continuação

Perda por redução do valor recuperável de ativos não financeiros - *impairment*

Anualmente, a empresa faz uma avaliação sobre a recuperabilidade dos seus ativos (*impairment*) localizados na bacia de Solimões, Namíbia e Polvo onde detém a operação dos respectivos blocos.

Esta análise dos ativos exige a aplicação de julgamentos e está sujeita a revisões anuais, ou em um intervalo menor, caso haja indício de alterações significativas. Para a avaliação específica do Polvo, utilizamos da avaliação de especialistas D&M (Degolyer and Macnaughton).

O resultado da avaliação correspondente ao campo de Polvo não sofreu redução no volume do barril de óleo equivalente quando comparado ao último relatório emitido no exercício anterior.

Em função do término do prazo do programa exploratório mínimo das licenças da Namíbia, e da incerteza quanto à renovação dos mesmos, a Companhia decidiu registrar o *impairment* de todo o saldo dos ativos correspondentes. A Companhia continua em busca da renovação das licenças.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas --Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Perda por redução do valor recuperável de ativos não financeiros - *impairment*--Continuação

Na bacia de Solimões, foi registrado *impairment* dos valores registrados como gastos exploratórios. Os valores desembolsados para a aquisição dos bônus de assinatura continuam no ativo. A Companhia entende que o saldo registrado é o valor justo do ativo, no caso de uma negociação de venda de sua participação.

Impostos

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

A Companhia apresenta prejuízos fiscais a compensar no valor de R\$ 675.854 (em 2013 de R\$ 678.374). Esses prejuízos se referem a controladas que apresentam histórico de prejuízos, não prescrevem e não podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável em outra parte da Companhia. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. Essas controladas não têm diferenças temporárias tributáveis ou planejamentos fiscais que poderiam parcialmente justificar o reconhecimento de imposto diferido ativo.

Se a Companhia fosse capaz de reconhecer todos os impostos diferidos ativos não reconhecidos, haveria aumento de lucro em R\$ 229.790. Para mais detalhes sobre impostos diferidos, vide Nota 21.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas --Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Transações com pagamentos baseados em ações

O Grupo mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 23.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível.

contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões

O Grupo reconhece provisão para causas judiciais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Grupo revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Investimento em Controlada

Conforme requerido pelo ICPC 09 - Demonstrações Financeiras Individuais, Demonstrações Financeiras Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, sendo os investimentos em controladas eliminados para fins de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Uma controlada é uma entidade na qual, o Grupo, diretamente ou por meio de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores. Uma coligada é uma entidade sobre a qual o Grupo exerça influência significativa.

Com base no método de equivalência patrimonial, o investimento em coligadas e controladas é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionando-se as mudanças após a aquisição da participação societária em controladas. O ágio relacionado com a controlada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado.

A demonstração do resultado da controladora reflete a parcela dos resultados das operações das controladas na rubrica de 'resultado de equivalência patrimonial'. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da coligada e controlada, o Grupo reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará este fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre o Grupo e suas coligadas e controladas, são eliminados de acordo com a participação mantida.

A participação societária em controladas é demonstrada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível proporcional ao percentual de participação.

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial, a Controladora determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento em suas coligadas e controladas. O Grupo determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos nas coligadas e controladas sofreram perda por redução do valor recuperável. Se assim for, calcula-se o montante da perda por redução do valor recuperável como a diferença entre aquele e o valor contábil, reconhecendo o montante na demonstração do resultado.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Informações por segmento

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode-se obter receitas e incorrer em despesas. Os resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento, para a avaliação do seu desempenho e para que haja informação financeira individualizada disponível.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Caixa	1	1	1	1
Bancos	48	17	350.633	33.581
	49	18	350.634	33.582
Nacional	49	18	202	258
Exterior	-	-	350.432	33.324

O saldo de caixa e equivalentes de caixa constitui-se principalmente de (i) contas remuneradas no exterior, sendo em sua maior parte em dólar americano, em bancos considerados grau de investimento pelas maiores agências de ratings, e (ii) fundo de investimento em dólar americano lastreado em títulos do tesouro norte-americano, administrado pelo banco J.P. Morgan. Os recursos substancialmente tem origem nas exportações de petróleo realizadas pela subsidiária HRT O&G.

7. Títulos e valores mobiliários

Banco	Vencimento	Remuneração	Controladora		Consolidado	
			31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Brasil - Debêntures						
Bradesco	-	CDI	-	-	-	31.033
Itaú BBA	-	CDI	87.924	18.165	94.370	35.248
BTG Pactual	-	CDI	-	-	-	31.023
Citibank	-	-	-	-	-	22.688
Chase	-	-	-	-	-	965
Votorantin	-	CDI	-	-	3.942	-
Total de aplicações para negociação			87.924	18.165	98.312	120.957

As aplicações financeiras constituem-se, principalmente, de operações compromissadas lastreadas em debêntures, em moeda nacional, emitidos por bancos considerados grau de investimento pelas maiores agências de ratings. As aplicações financeiras são atreladas a remuneração do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Títulos e valores mobiliários -- Continuação

Em garantia

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia mantinha saldo de aplicações financeiras no montante de R\$273.001, destinados a garantir a aquisição dos 60% do direito exploratório do campo de Polvo, conforme discutido na nota explicativa 14, sendo parte utilizada para realizar o pagamento da transação, e parte para liquidar antecipadamente o empréstimo junto ao banco Credit Suisse, conforme descrito na nota explicativa 16. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia estava livre de quaisquer garantias que restringiam sua liquidez.

8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Imposto de renda e contribuição social	9.937	14.222	21.323	34.403
Pis e Cofins	-	-	13.599	-
Imposto no exterior (VAT)	-	-	4.273	8.039
Outros	-	-	146	81
	9.937	14.222	39.341	42.523

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Ativo mantido para venda

Em 2013, a Companhia iniciou o processo de desinvestimento de ativos não estratégicos. Este processo inclui a venda da frota remanescente de helicópteros e as sondas helitransportáveis, além da venda da subsidiária Air Amazonia, que foi concluída no terceiro trimestre de 2013. Adicionalmente, neste período a HRT BV concluiu a venda de 1 helicóptero tendo recebido pela mesma o valor de R\$ 6 milhões.

A seguir estão apresentados os ativos fixos mantidos para venda:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Aeronaves		
Quantidade	7	8
Custo das aeronaves	151.639	151.639
Depreciação acumulada das aeronaves	(31.858)	(31.858)
Baixa das aeronaves vendidas	(75.520)	(64.005)
Perda por redução a valor de mercado	(42.304)	-
Ajuste de conversão	24.870	16.050
	<u>26.828</u>	<u>71.826</u>
Sondas		
Quantidade	4	4
Custo das sondas	126.860	126.860
Perda por redução a valor de mercado	(59.994)	(59.994)
Ajuste de conversão	28.757	16.848
	<u>95.623</u>	<u>83.714</u>
Guindastes		
Custo das guindastes	5.547	-
Baixa dos guindastes vendidos	(6.434)	-
Ajuste de conversão	887	-
Valor justo dos guindastes	<u>-</u>	<u>-</u>
Ativos exploratórios – Bacia do Solimões	<u>135.707</u>	<u>-</u>
	<u>258.158</u>	<u>155.540</u>

Os ativos mantidos para venda estão registrados pelo valor justo, sempre que este valor for inferior ao custo histórico. A venda dos ativos mantidos para venda é considerada altamente provável e a Companhia mantém a busca ativa por compradores.

Adicionalmente, a Administração vem envidando os esforços necessários no sentido de obter sucesso na alienação desses ativos por valores não inferiores aos registrados. Mudanças em condições econômicas ou nas transações atualmente em discussão podem resultar no reconhecimento de perdas adicionais às já reconhecidas.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Ativo mantido para venda -- Continuação

Em março de 2014 a HRTO&G e a Rosneft assinaram o contrato "FOA" (Farm-Out Agreement) para cessão da operação e de 6% de participação no Solimões, além do contrato de compra e venda de 4 sondas de perfuração onshore no valor total de US\$ 36 milhões de dólares norte-americanos sendo US\$ 18 milhões adiantados em favor da Companhia na data de assinatura do contrato.

Em julho de 2014 a ANP aprovou a transferência dos 6% dos direitos exploratórios e transferência das operações do Solimões para Rosneft. Na mesma data a Companhia assinou memorando de entendimento para segunda fase do projeto de monetização do gás naquela Bacia. Entretanto até o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 as negociações com base nos termos do referido "FOA" não haviam sido concluídas.

10. Adiantamentos a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Queiroz Galvão Óleo & Gás	-	-	25.993	13.347
Geoquasar Energy	-	-	18.234	15.530
Garantia BW (Prosafe)	-	-	18.613	-
Outros	194	113	5.344	4.131
	194	113	68.184	33.008
Provisão para não realização do ativo	-	-	(25.993)	-
	194	113	42.191	33.008

O valor adiantado à Queiroz Galvão refere-se à cláusula 24.2 dos contratos das Sondas QG-VIII e QG-IX os quais passaram a ser descontados do faturamento mensal das Sondas a partir de outubro de 2012. Os valores de adiantamentos à Geoquasar referem-se basicamente aos depósitos judiciais realizados mediante determinação do Ministério Público do Trabalho, créditos de custos de operação assumidos pela HRT O&G e adiantamentos contratuais. Os valores dos adiantamentos à BW Offshore (Prosafe) referem-se aos compromissos contratuais e são mantidos como garantia financeira dos contratos de arrendamento e operação do FPSO Polvo.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Adiantamento de parceiros em operações de óleo e gás

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Passivo circulante		
Blocos operados		
Rosneft		
Bacia Sedimentar do Solimões	(22.444)	12.849
Maersk		
BM-C-8 - Polvo	62.495	-
GALP		
Namíbia – Petroleum Exploration Licences 23	(7.198)	13.769
Total blocos operados	32.853	26.618
Blocos não operados (Cowan – ES)	(16)	(722)
Total do passivo circulante	32.837	25.896

Os montantes mantidos no passivo circulante referem-se aos valores a pagar, líquidos dos valores a receber, dos respectivos projetos de exploração e produção de petróleo em que a Companhia é operadora, para os quais já houve aplicação dos recursos e prestações de contas mensais.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia apresentava as seguintes principais participações em controladas:

- **HRT America Inc (“HRTA”)**

Em 04 de março de 2011, foi constituída a HRT America Inc. (HRTA), incorporada sob as leis do estado de Delaware e com instalações em Houston (EUA). A controlada foi constituída basicamente para prestar serviços de geologia e geofísica para as coligadas, principalmente para a HRTAF e suas controladas.

- **HRT O&G Exploração e Produção de Petróleo Ltda. (“HRTOG”)**

A controlada foi constituída em 20 de julho de 2009, com sede na cidade do Rio de Janeiro, tendo como objeto social: (i) a exploração, o desenvolvimento e a produção de petróleo e gás natural; (ii) a importação, exportação, refino, comercialização e distribuição de petróleo, gás natural, combustível e produtos derivados de petróleo; (iii) a geração, comercialização e distribuição de energia elétrica; e (iv) a participação em outras sociedades.

A HRTOG possui, desde 08 de janeiro de 2014, 60% de participação no Campo de Polvo, localizado na porção sul da Bacia de Campos, no Estado do Rio de Janeiro.

Também detém atualmente 55% dos direitos de exploração em dois Consórcios (BT-SOL 4 e BT-SOL 4A) compreendendo um total de dezesseis blocos da Bacia de Solimões e possui um percentual de participação de 11,32% do capital da HRTAF.

Desde 2011 a controlada foi qualificada pela ANP, também, como “Operadora “B”, ou seja, está autorizada a atuar tanto em blocos *onshore* (operadora “A”) quanto em *offshore*, neste caso, até 400 metros de profundidade.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Investimentos--Continuação

- **HRT Africa (“HRTAF”)**

A controlada, inicialmente denominada Labrea Petróleo S.A. teve a alteração de sua denominação social para HRT Africa, aprovada em 30 de março de 2011 pela Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e tem como objetivo social: (i) a exploração, o desenvolvimento e a produção de petróleo e gás natural; (ii) a importação, exportação, refino, comercialização e distribuição de petróleo, gás natural, combustível e produtos derivados de petróleo; (iii) a geração, comercialização e distribuição de energia elétrica; e (iv) a participação em outras sociedades.

Em 17 de junho de 2011 foi constituída a filial da HRT África na Namíbia.

Durante o exercício de 2012 a HRTP promoveu uma reestruturação societária, simplificando a estrutura societária do Grupo e centralizando os ativos localizados na República da Namíbia em subsidiárias namibianas criadas com este objetivo. Como parte dessa reestruturação, a HRT Canada Inc. (HRTC) foi aportada à HRT Africa e mais duas empresas namibianas foram criadas: HRT Walvis e HRT Luderitz.

Dessa forma, os ativos que o Grupo detém licença exploratória na República da Namíbia ficaram consolidados sob uma única estrutura societária, tendo como matriz, a HRTAF no Brasil.

A HRTAF possui participação em dois blocos na Bacia do Recôncavo, um bloco na Bacia do Rio do Peixe e um bloco na Bacia do Espírito Santo.

Como parte da aquisição do campo de Polvo, foi alocado à HRT Africa 100% de participação na empresa BP Energy América LLC (atual HRT Lux Energy S.à.r.l.), proprietária da plataforma fixa, “Polvo A”, e de uma sonda de perfuração de 3.000 HP, equipamentos necessários para a operação do campo.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Investimentos--Continuação

- **IPEX - Integrated Petroleum Expertise Company Serviços em Petróleo Ltda. ("IPEX")**

A controlada foi constituída em 31 de julho de 2004 sob a denominação de High Resolution Technology & Petroleum Ltda., para atuar na prestação de serviços de pesquisas geofísicas e geológicas, dentro da atividade de exploração de petróleo no Brasil. Em 2009, a razão social da controlada foi alterada para Integrated Petroleum Expertise Company - Serviços em Petróleo Ltda.

Em continuidade às iniciativas de desinvestimento de ativos não estratégicos e redução de custos corporativos, iniciadas em 2013, a Companhia celebrou, em 17 de setembro de 2014, Contrato de Compra e Venda com a Eurofins Scientific Group ("Eurofins"), para a venda de sua subsidiária Integrated Petroleum Expertise Company - Serviços em Petróleo Ltda ("IPEX").

A operação de compra e venda entre a HRT e a Innolab do Brasil Ltda ("Innolab"), subsidiária da Eurofins no Brasil, ocorreu em 26 de setembro de 2014, em conformidade com as condições contratuais. A transação de compra e venda considerou, além da transferência integral da participação da HRT no capital social da IPEX para a Innolab, a transferência de todos os equipamentos, contratos e funcionários.

Até a data da venda a IPEX apresentou resultado conforme demonstrado a seguir:

	26/09/2014	31/12/2013
Receita bruta	3.592	7.007
Deduções da receita bruta	(625)	(1.006)
Receita líquida	2.967	6.001
Custos dos produtos/serviços	(474)	(2.267)
Lucro bruto	2.493	3.734
Despesas operacionais	(6.660)	(11.218)
Resultado financeiro, líquido	30	11
Resultado antes imposto de renda e contribuição social	(4.137)	(7.473)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	460	-
Resultado das operações descontinuadas	(3.677)	(7.473)
Receita com empresas do Grupo	634	1.606

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Investimentos--Continuação

Portfólio de concessões

Em 31 de dezembro de 2014 as controladas da Companhia participavam das seguintes concessões nas bacias brasileiras e das seguintes Licenças (*Petroleum Exploration Licences*) nas bacias Namibianas:

País	Bacia	Bloco	Operador	% HRT
Brasil	Solimões	SOL-T-169	HRTOG	55%
Brasil	Solimões	SOL-T-168	HRTOG	55%
Brasil	Solimões	SOL-T-170	HRTOG	55%
Brasil	Solimões	SOL-T-191	HRTOG	55%
Brasil	Solimões	SOL-T-192	HRTOG	55%
Brasil	Solimões	SOL-T-214	HRTOG	55%
Brasil	Solimões	SOL-T-215	HRTOG	55%
Brasil	Solimões	SOL-T-216	HRTOG	55%
Brasil	Solimões	SOL-T-217	HRTOG	55%
Brasil	Solimões	SOL-T-194	HRTOG	55%
Brasil	Solimões	SOL-T-195	HRTOG	55%
Brasil	Solimões	SOL-T-151	HRTOG	55%
Brasil	Solimões	SOL-T-174	HRTOG	55%
Brasil	Solimões	SOL-T-197	HRTOG	55%
Brasil	Solimões	SOL-T-196	HRTOG	55%
Brasil	Solimões	SOL-T-218	HRTOG	55%
Brasil	Campos	BM-C-8	HRTOG	60%
Brasil	Espírito Santo	ES-T-400	HRTAF	10%
Brasil	Recôncavo	REC-T-158	HRTAF	10%
Namíbia	Orange	PEL028	HRT Luderitz	77,2%
Namíbia	Orange	PEL024	Kunene	86%
Namíbia	Orange	PEL022	Orange	100%
Namíbia	Walvis	PEL023	HRT Walvis	86%

(*) Os prazos do período exploratório, bem como as atividades previstas estão detalhadas na Nota Explicativa 27.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Investimentos--Continuação

a) Composição do investimento

	Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013
HRT O&G Exploração e Produção de Petróleo Ltda.	361.979	1.049.485
IPEX - Integrated Petroleum Expertise Company Serviços em Petróleo Ltda.	-	(4.048)
HRT América	379	12.174
HRT África	258.055	434.085
	620.413	1.491.696

b) Movimentação do investimento

	HRTOG	IPEX	HRTBV	HRT África	HRT América	Air Amazonia	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2013	1.820.451	(4.303)	211.023	1.468.334	13.334	(64.502)	3.444.337
Aumento de capital	34.016	-	-	217.940	-	2.612	254.568
Incorporação da HRT BV pela Africa	-	-	(283.807)	283.807	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(794.361)	255	50.921	(1.428.065)	(3.106)	73.802	(2.100.554)
Venda de participação societária	-	-	-	-	-	(11.912)	(11.912)
Ajustes de conversão	(10.621)	-	21.863	13.890	1.946	-	27.078
Impairment	-	-	-	(121.821)	-	-	(121.821)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.049.485	(4.048)	-	434.085	12.174	-	1.491.696
Aumento de capital	-	11.888	-	497	-	-	12.385
Resultado de equivalência patrimonial	(707.257)	(3.772)	-	(273.812)	(12.459)	-	(997.300)
Venda de participação societária	-	(4.068)	-	-	-	-	(4.068)
Ajustes de conversão	19.751	-	-	105.053	664	-	125.468
Impairment	-	-	-	(7.768)	-	-	(7.768)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	361.979	-	-	258.055	379	-	620.413

c) Informações relevantes sobre as investidas

	HRTOG	IPEX	HRT Africa	HRT America
Participação direta	100%	100%	89%	100%
Participação indireta	0%	0%	11%	0%
Patrimônio líquido	361.979	-	290.998	379
Resultado do exercício	(835.322)	-	(325.293)	(12.459)
Total dos ativos	894.584	-	394.790	9.490

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Imobilizado (Consolidado)

a) Composição do saldo

	Taxa de Depreciação %	Custo	Depreciação	Ajuste de conversão	Saldo em 31/12/2014	Saldo em 31/12/2013
Em operação						
Esculturas	-	-	-	-	-	26
Embarcações	10	-	-	-	-	543
Plataforma Polvo A e Sonda	UOP	101.439	(41.983)	4.037	63.493	-
Máquinas e equipamentos	10	1.695	(697)	6	1.004	8.677
Móveis e utensílios	10	2.812	(1.530)	69	1.351	4.158
Equipamentos de comunicação	20	218	(132)	-	86	265
Veículos	20	959	(487)	(244)	228	5.581
Equipamentos de informática	20	6.767	(4.805)	91	2.053	4.639
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4	2.497	(752)	130	1.875	57.534
Instalações	10	2.615	-	217	2.832	8.983
Em andamento						
Material para uso e consumo (poços)		3	-	-	3	41.989
Adiantamento para aquisição de guindastes		-	-	-	-	6.729
Total		119.005	(50.386)	4.306	72.925	139.124

b) Movimentação do saldo

	Saldo em 01/01/2014	Adições	Baixas	Depreciação	Impairment	Ajuste de conversão	Transferências	Saldo em 31/12/2014
Em operação								
Esculturas	26	-	(26)	-	-	-	-	-
Embarcações	543	-	-	(81)	(462)	-	-	-
Plataforma Polvo A e Sonda	-	101.439	-	(41.983)	-	4.037	-	63.493
Máquinas e equipamentos	8.677	98	(2.939)	(1.135)	(2.337)	(1)	(1.359)	1.004
Móveis e utensílios	4.158	-	(1.569)	(633)	(840)	204	31	1.351
Equipamentos de comunicação	265	53	(27)	(102)	(103)	-	-	86
Veículos	5.581	3.828	(265)	(1.841)	(6.853)	(222)	-	228
Equipamentos de informática	4.639	72	(327)	(1.585)	(183)	(563)	-	2.053
Benfeitorias em imóveis de terceiros	57.534	1.197	(387)	(2.905)	(560)	294	(53.298)	1.875
Instalações	8.983	16	(3.571)	(572)	(1.997)	(499)	472	2.832
Em andamento								
Material para uso e consumo (poços)	41.989	14.257	(31.657)	-	(24.941)	-	355	3
Adiantamento para aquisição de guindastes	6.729	-	-	-	-	(402)	(6.327)	-
Total	139.124	120.960	(40.768)	(50.837)	(38.276)	(2.848)	(60.126)	72.925

	Saldo em 01/01/2013	Adições	Baixas	Depreciação	Impairment	Ajuste de conversão	Transferência para ativo mantido para venda	Saldo em 31/12/2013
Em operação								
Aeronaves	133.838	-	(64.005)	(14.057)	-	16.050	(71.826)	-
Esculturas	26	-	-	-	-	-	-	26
Embarcações	613	-	-	(70)	-	-	-	543
Máquinas e equipamentos	9.788	112	-	(1.223)	-	-	-	8.677
Móveis e utensílios	4.826	323	(373)	(657)	-	39	-	4.158
Equipamentos de comunicação	359	5	-	(99)	-	-	-	265
Veículos	7.362	43	-	(1.932)	-	108	-	5.581
Equipamentos de informática	6.589	-	(197)	(1.878)	-	125	-	4.639
Benfeitorias em imóveis de terceiros	60.394	-	(96)	(3.068)	-	304	-	57.534
Instalações	8.786	-	-	(575)	-	772	-	8.983
Em andamento								
Material para uso e consumo (poços)	39.446	2.543	-	-	-	-	-	41.989
Adiantamento para aquisição de guindastes	5.641	262	-	-	-	826	-	6.729
Adiantamento para aquisição de sonda	115.108	11.752	-	-	(59.994)	16.848	(83.714)	-
Outros	1.086	-	(1.086)	-	-	-	-	-
Total	393.862	15.040	(65.757)	(23.559)	(59.994)	35.072	(155.540)	139.124

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Intangível (Consolidado)

a) Composição do saldo

	Taxa de amortização (%)	Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013
Ativos de petróleo e gás			
Bônus de assinatura - Bacia do Solimões	(*)	-	135.707
Bônus de assinatura - Bacia de Walvis	(*)	-	10.449
Bônus de assinatura - Bacia de Orange	(*)	-	349.335
Bônus de assinatura - Recôncavo - ES	(*)	151	151
Ativos em produção - Polvo	(*)	301.973	-
Gastos Exploratórios	(*)	170	487.488
Softwares e outros	20	9.532	11.018
		311.826	994.148
Amortização acumulada		(134.876)	(5.833)
Total		176.950	988.315

(*) Os bônus de assinatura e gastos exploratórios são amortizados pelo método das unidades produzidas, considerando a produção de cada concessão e o volume de reservas provadas desenvolvidas. Caso não sejam identificadas reservas de hidrocarbonetos economicamente viáveis, estes gastos serão lançados no resultado.

b) Movimentação do saldo

	Saldo em 01/01/2013	Adições	Baixas	Ativo mantido para venda	Amortização	Impairment	Ajuste de conversão	Saldo em 31/12/2013
Bônus de assinatura - Bacia do Solimões	167.095	-	(20.445)	-	-	(10.943)	-	135.707
Bônus de assinatura - Bacia de Walvis	53.689	-	-	-	-	(43.240)	-	10.449
Bônus de assinatura - Bacia de Orange	1.278.703	-	-	-	-	(973.971)	44.603	349.335
Bônus de assinatura - Reconcavo - ES	165	-	(14)	-	-	-	-	151
Gastos Exploratórios	810.270	509.739	(641.712)	-	-	(190.809)	-	487.488
Softwares e outros	6.959	-	-	-	(1.774)	-	-	5.185
Ágio	406.530	-	-	-	-	(406.530)	-	-
	2.723.411	509.739	(662.171)	-	(1.774)	(1.625.493)	44.603	988.315
	Saldo em 01/01/2014	Adições	Baixas	Ativo mantido para venda	Amortização	Impairment	Ajuste de conversão	Saldo em 31/12/2014
Bônus de assinatura - Bacia do Solimões	135.707	-	-	(135.707)	-	-	-	-
Bônus de assinatura - Bacia de Walvis	10.449	-	-	-	-	(10.449)	-	-
Bônus de assinatura - Bacia de Orange	349.335	-	-	-	-	(396.099)	46.764	-
Bônus de assinatura - Reconcavo - ES	151	-	-	-	-	-	-	151
Bônus de assinatura - Polvo	-	301.973	-	-	(127.403)	-	-	174.570
Gastos Exploratórios	487.488	55.395	(542.713)	-	-	-	-	170
Softwares e outros	5.185	1.464	(3.125)	-	(1.640)	-	176	2.060
	988.315	358.832	(545.838)	(135.707)	(129.043)	(406.548)	46.940	176.951

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Intangível (Consolidado)--Continuação

b) Movimentação do saldo--Continuação

Segue abaixo o bônus de assinatura referente a cada bloco:

Blocos	31/12/2013	Aquisição	Amortização	Impairment	Ativo mantido para venda	Ajuste de Conversão	31/12/2014
<i>Onshore</i>							
SOL-T-168	10.492	-	-	-	(10.492)	-	-
SOL-T-169	5.802	-	-	-	(5.802)	-	-
SOL-T-170	4.010	-	-	-	(4.010)	-	-
SOL-T-191	9.903	-	-	-	(9.903)	-	-
SOL-T-192	10.561	-	-	-	(10.561)	-	-
SOL-T-214	9.892	-	-	-	(9.892)	-	-
SOL-T-215	10.553	-	-	-	(10.553)	-	-
SOL-T-216	10.553	-	-	-	(10.553)	-	-
SOL-T-217	10.553	-	-	-	(10.553)	-	-
SOL-T-151	8.593	-	-	-	(8.593)	-	-
SOL-T-174	10.567	-	-	-	(10.567)	-	-
SOL-T-194	8.049	-	-	-	(8.049)	-	-
SOL-T-195	4.400	-	-	-	(4.400)	-	-
SOL-T-196	5.940	-	-	-	(5.940)	-	-
SOL-T-197	10.561	-	-	-	(10.561)	-	-
SOL-T-218	5.278	-	-	-	(5.278)	-	-
ES-BT-400	100	-	-	-	-	-	100
REC-T-158	51	-	-	-	-	-	51
Total de bonus onshore	135.858	-	-	-	(135.707)	-	151
<i>Offshore</i>							
PEL 0023	10.449	-	-	(10.449)	-	-	-
PEL 0028	22.980	-	-	(26.056)	-	3.076	-
PEL 0024	232.372	-	-	(263.479)	-	31.107	-
PEL 0022	93.983	-	-	(106.564)	-	12.581	-
BM-C-8	-	301.973	(127.403)	-	-	-	174.570
Total de bonus offshore	359.784	301.973	(127.403)	(406.548)	-	46.764	174.570

Solimões

Para os blocos na Bacia do Solimões, a Companhia conseguiu prorrogação dos prazos de blocos exploratórios SOL-T-151, SOL-T-174, SOL-T-192, SOL-T-196, SOL-T-197, SOL-T-214, SOL-T-215, SOL-T-216, SOL-T-217 e SOL-T-218 aumentando o período em 4 anos. A estratégia da Companhia é a realização de um *farm-out* deste projeto, como uma alternativa para o financiamento de investimentos. Além disso, está sendo efetuado estudo para a monetização de descobertas de gás e suas alternativas de implementação estão em curso com o atual parceiro nesses ativos – a Rosneft, além da Petrobras, bem como com outros potenciais parceiros para o desenvolvimento dos ativos.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Intangível (Consolidado)--Continuação

b) Movimentação do saldo--Continuação

Solimões—continuação

A HRTO&G solicitou à ANP prorrogação ou suspensão do segundo período da fase exploratória dos blocos SOL-T-148 e SOL-T-149, e recebeu, em 28 de janeiro de 2014, um ofício informando que foi indeferida esta solicitação, mantendo-se o prazo final de 5 de maio de 2014.

A administração definiu por provisionar a possível perda (“impairment”) do valor correspondente aos bônus relacionados aos blocos SOL-T-148 e SOL-T-149, no valor total de R\$ 4.630 ao final do exercício de 2013. Em dezembro de 2014, a Companhia recebeu decisão final indeferindo o pedido de renovação e baixou em definitivo os valores provisionados.

Para o bloco SOL-T-195, a Companhia também solicitou à ANP prorrogação do segundo período da fase exploratória e conseguiu a extensão de prazo por dois anos, por meio do Ofício nº 790/2014/SEP divulgado em 17 de julho de 2014.

Subsequentemente a Companhia realizou o teste de recuperabilidade dos ativos do Solimões (“impairment”) através do qual se apurou um perda de R\$ 486.875 (R\$ 1.625.493). Os valores capitalizados no ativo intangível do Solimões referem-se somente ao bônus de assinatura das licenças vincendas no valor de R\$ 135.707 mil.

Namíbia

Em 10 de novembro de 2014 a Companhia solicitou ao governo namibiano a extensão do prazo das concessões na costa da África. A negociação compreendia a devolução/abandono de todas as licenças *Petroleum Exploration Licenses 22, 23, 24 e 28* e no mesmo momento o retorno das mesmas, assim efetuando uma “reaplicação” das referidas licenças.

Até o encerramento do exercício, com o vencimento das licenças e sem uma sinalização concreta de renovação, reaplicação e/ou extensão dos prazos exploratórios através do Ministério de Minas e Energia da Namíbia, a Companhia decidiu por descontinuar os esforços exploratórios nesses prospectos e, por conseguinte, provisionar o saldo do bônus de assinatura.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Intangível (Consolidado)--Continuação

b) Movimentação do saldo--Continuação

Combinações de negócios

Em 8 de janeiro de 2014, a Companhia concluiu a transação comercial com a BP referente a transferência de 60% de participação no Campo de Polvo para a HRT, tornando-se operadora da referida concessão. Adicionalmente, a Companhia adquiriu 100% de participação na empresa BPEA proprietária da plataforma fixa, "Polvo A" e a sonda de perfuração de 3.000 HP que operam no campo.

Importante destacar que de acordo com condições contratuais o preço de aquisição foi objeto de revisão pela Companhia e sofreu alteração em relação aos valores preliminares, conforme conclusão da transação comercial com a BP em 08 de janeiro de 2014.

	US\$
Valor original da transação - base 1º de janeiro de 2013	135.000
(-) Ajustes ao preço	(54.528)
(+) Garantias de contratos transferidos	7.356
(+) Saldo de caixa da joint venture - em 1º de janeiro de 2013	4.351
Contraprestação transferida no final da transação (*)	92.179

(*) Conforme ajustes de preço estabelecidos contratualmente e equivalente à R\$ 219.192

A Companhia avaliou preliminarmente, na data de aquisição, os ativos adquiridos e passivos assumidos pelos seus valores justos. Conforme previsto pelo pronunciamento técnico CPC 15 (R1), durante o período de mensuração a alocação inicial do preço de aquisição poderá ser atualizada. A conclusão do preço final de aquisição foi realizada em outubro de 2014 e a alocação definitiva do preço promoveu a componentização dos ativos de petróleo e gás em seus vários elementos.

A Companhia contratou especialista independente para auxiliar no processo de validação da alocação do preço de aquisição e determinação do valor justo do ativo líquido adquirido, concluído em dezembro de 2014.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Intangível (Consolidado)--Continuação

b) Movimentação do saldo--Continuação)

Combinações de negócios--Continuação

As alocações efetuadas na aquisição são demonstradas como segue:

	<u>R\$ mil</u>
Ativo	
Circulante	
Caixa e equivalentes	50.499
Adiantamento à fornecedores	17.492
Estoque de óleo	52.228
Impostos a recuperar	7.658
	<u>127.877</u>
Não circulante	
Ativos de petróleo e gás	
Contrato de Concessão	296.816
Plataforma de produção e Sonda de perfuração	99.416
	<u>396.232</u>
Total do ativo	<u>524.109</u>
Passivo	
Circulante	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.701
Adiantamento de parceiros	56.124
Impostos a pagar	29.567
	<u>101.392</u>
Não circulante	
Provisão para abandono	122.521
	<u>122.521</u>
Total do passivo	<u>223.913</u>
Consideração final transferida em reais	<u>219.192</u>
Compra vantajosa reconhecida em combinação de negócios	<u>81.004</u>

A Companhia, por meio da HRT O&G, celebrou contrato de compra e venda com a Maersk Energia Ltda ("Maersk") para a aquisição de 40% de participação no Campo de Polvo. A conclusão da transação de compra e venda entre HRT O&G e Maersk está sujeita a determinadas condições, dentre as quais a aprovação final da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Em reunião de diretoria realizada no dia 08 de outubro de 2014, a ANP indeferiu a venda da participação de 40% no Campo do Polvo pela Maersk. A HRT apresentou pedido de reconsideração em 24 de outubro de 2014 e aguarda novo posicionamento da ANP. A HRT O&G tem como plano a extensão de vida útil desse Campo através do aumento de produção a partir de reservas provadas não desenvolvidas (1P) e reservas prováveis (2P).

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Fornecedores (Consolidado)

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Fornecedores no país	45.221	60.287
Fornecedores no exterior	17.996	3.075
	63.217	63.362

A variação do saldo de fornecedores está relacionada com o início em 2014 das atividades da HRTO&G como operadora do Campo de Polvo e os saldos em 31/12/2014 ainda contemplam provisões relacionadas com a desmobilização de alguns fornecedores do Solimões, dos quais alguns possuem adiantamentos de fornecedores correspondentes.

16. Empréstimos (consolidado)

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Circulante		
Credit Suisse	-	70.380
Total	-	70.380

A HRT O&G assinou em 2013 com o banco Credit Suisse um contrato de financiamento no montante de US\$75.000.000 pelo prazo de 24 meses. Conforme o contrato a amortização se daria em 6 parcelas. As condições contratuais foram: taxa prefixada de 7,25%a.a acrescida de taxa variável de 1,5% sobre a produção estimada do ativo nos 12 primeiros meses, e de 1,25% sobre a produção estimada entre o 13º mês e 24º mês.

A primeira amortização, no valor de US\$40 milhões, foi realizada em 15 de outubro de 2013, e o saldo remanescente seria pago em 5 prestações trimestrais, a partir de abril de 2014. A HRTO&G realizou, em 21 de fevereiro de 2014, a quitação antecipada do saldo devedor deste financiamento.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Debêntures (consolidado)

Em Reunião do Conselho de Administração em 27 de outubro de 2014 foi aprovada a 1^a emissão de debêntures conversíveis em ações, em série única, da espécie subordinada e sem garantia, de colocação privada, totalizando o valor de até R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais).

Em 9 de dezembro de 2014 foi concluída a colocação, sendo subscrito um total de 4.359.624 (quatro milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, seiscentas e vinte e quatro) debêntures, totalizando o montante de R\$ 87.192.480,00 (oitenta e sete milhões, cento e noventa e dois mil, quatrocentos e oitenta Reais).

As debêntures poderão ser convertidas em ações a exclusivo critério dos debenturistas, a partir de 24 de outubro de 2015 até a data de vencimento das debentures. O número de ações a serem entregues aos debenturistas na data de conversão das debentures será o resultado da divisão do valor nominal unitário das debentures e o menor dos seguintes valores: (i) a média ponderada, pelo volume diário, das cotações de fechamento das ações nos 10 (dez) últimos pregões na BM&FBOVESPA, anteriores ao dia 27 de outubro de 2014, aplicando um desconto de 25%; ou (ii) a média ponderada, pelo volume diário, das cotações de fechamento das ações nos últimos 10 pregões na BM&FBOVESPA anteriores ao recebimento da solicitação de conversão aplicando um desconto de 25%, assim atribuindo um preço de conversão.

As debêntures tem prazo de 5 (cinco) anos, vencendo-se, portanto, em 27 de outubro de 2019 e renderão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 90% (noventa por cento) das taxas médias diárias dos DI - Over Extra-Grupo (Taxa DI).

A remuneração integral será paga semestralmente, sendo o primeiro pagamento realizado 6 (seis) meses após a data de emissão.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Impairment

Anualmente a Administração revisa o valor contábil líquido dos ativos a fim de identificar eventos ou mudanças nas expectativas econômicas e operacionais que possam identificar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil ao valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia realizou o teste de perda ao valor recuperável dos seus ativos, e foi apurada uma perda total no montante de R\$ 486.875.

Ativos mantidos para vendas

O valor contábil histórico das aeronaves da Companhia que foram incluídas no programa de desinvestimento é de R\$68.879. O valor recuperável foi determinado em R\$26.828 baseado em valor de mercado, tendo como referência transações recentes de ativos semelhantes, bem como as negociações em curso para venda do ativo. Com isso, foi contabilizado ajuste no valor contábil líquido de R\$42.051.

Ativos exploratórios na Namíbia

<u>Licença</u>	<u>Bônus de assinatura</u>	<u>Impairment</u>	<u>Bônus de assinatura final</u>
PEL 0023	10.449	(10.449)	-
PEL 0028	26.056	(26.056)	-
PEL 0024	263.479	(263.479)	-
PEL 0022	106.564	(106.564)	-
	<u>406.548</u>	<u>(406.548)</u>	-

Conforme mencionado na nota 14, a Companhia efetuou campanhas exploratórias em determinados prospectos através da perfuração dos poços Wingat, Murombe e Moosehead, os quais foram concluídos como seco ou sub-comerciais. Com o vencimento das licenças, e sem uma sinalização concreta de renovação ou extensão dos prazos exploratórios através do Ministério de Minas e Energia da Namíbia, a Companhia decidiu por descontinuar os esforços exploratórios nesses prospectos e, por conseguinte, provisionar o saldo do bônus de assinatura.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. *Impairment*--Continuação

Ativos exploratórios no Solimões

Para os prospectos mantidos em seu ativo, a Companhia entende que vem envidando os esforços necessários para alcançar o resultado esperado e, conforme mencionado na nota 1, busca parcerias estratégicas por meio da redução da sua participação para obter os recursos necessários aos investimentos adicionais, assim como não descarta uma possível negociação de sua participação. Com base nesta opção, em vista do valor justo levantado, a Companhia decidiu baixar todos os gastos exploratórios alocados ao projeto Solimões.

Adicionalmente, os ativos fixos relacionados ao Solimões registrados no imobilizado foram testados, com um ajuste no valor recuperável de R\$38.276.

19. Arrendamento mercantil operacional (arrendatário)

(Unidade flutuante de produção, armazenamento e transferência arrendadas da companhia Prosafe Production B.V.)

Prosafe Production B.V. (atualmente controlada pela BW Offshore - "BWO")

A controlada HRT O&G (arrendatária) possui contrato de arrendamento de um navio FPSO com a Prosafe (arrendadora) firmado em 10 de dezembro de 2013, com vigência de 1 ano, podendo ser renovado anualmente, até o prazo máximo de 01 de maio de 2022.

20. Tributos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
PIS e COFINS sobre Importação de serviços	-	-	62	-
Imposto sobre serviços	-	45	115	3.808
IRRF sobre serviços	102	1.253	960	3.285
Contribuição social sobre serviços	15	31	419	3.444
INSS	4.246	6.825	5.559	14.624
FGTS	501	575	646	921
Outros	26	8	757	219
	4.890	8.737	8.518	26.301

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Empresas	Prejuízo fiscal		Crédito fiscal	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
HRT P	65.980	47.503	22.433	16.151
HRT OG	592.531	608.269	201.461	206.811
IPEX	-	13.564	-	4.612
HRT AF	17.343	9.038	5.897	3.073
	675.854	678.374	229.790	230.647

A Companhia possui prejuízos fiscais gerados no Brasil passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros, limitados a 30% a cada exercício. A Administração optou, conservadoramente, por não reconhecer contabilmente estes créditos tributários, os quais serão reconhecidos à medida que os lucros tributários futuros forem sendo gerados.

A provisão de imposto de renda e contribuição social diferidos passivo está como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Diferença temporária sobre ativos reconhecidos a valor justo em combinação de negócios	-	63.450	9.102	126.877
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	-	-	385	-
	-	63.450	9.487	126.877

Em maio de 2014, esta Medida Provisória foi convertida na Lei nº 12.973, com alterações em alguns dispositivos, inclusive no que se refere ao tratamento dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio e da avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido. Diferentemente do que previa a Medida Provisória, a Lei nº 12.973 estabeleceu a não incidência tributária de forma incondicional para os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013.

A Companhia elaborou estudos sobre os efeitos que poderiam advir da aplicação das disposições da Lei nº 12.973 e concluiu que não há efeitos significativos nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 e de 31 de dezembro de 2013 e está avaliando se optará ou não pela antecipação de seus efeitos, que deverá ser manifestada na Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) referentes aos fatos geradores ocorridos no mês de agosto conforme IN no. RFB 1.499/2014, publicada no DOU de 16/10/2014.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Provisão para abandono

A movimentação do saldo da provisão para abandono de poços está demonstrada a seguir:

	<u>Consolidado</u>
Em 8 de janeiro de 2014	122.520
Atualização cambial	14.488
Atualização monetária	1.031
Em 31 de dezembro de 2014	<u>138.039</u>

As estimativas dos custos com abandono foram provisionadas para o período findo em 31 de dezembro de 2014. Esta provisão correspondente à participação da HRT de 60%, e reflete a estimativa em valor presente descontados à taxa de 1,29% ao ano e atualizados à taxa de inflação de 1,33% ao ano (norte-americana). Adicionalmente, os valores são ajustados pela variação do dólar. Estes custos serão incorridos no abandono do campo de Polvo, incluindo e não limitados, com o tamponamento dos poços, e a remoção das linhas e dos equipamentos de produção.

23. Patrimônio líquido

23.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2014, o capital subscrito e integralizado no valor de R\$3.821.206 está representado por 29.748.449 ações ordinárias (após grupamento aprovado pela AGE em 24 de junho de 2014 e concluído em 04 de agosto de 2014, na razão de 10 para 1), todas nominativas, escriturais e em valor nominal. O capital autorizado da Companhia é de R\$10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais).

Vale mencionar que, em 27 de abril de 2012 foi aprovado em assembleia geral ordinária e extraordinária, o desdobramento das ações de emissão da Companhia à razão de 1 para 50, de forma que cada ação de emissão da Companhia passe a ser representada por 50 (cinquenta) ações.

Em 24 de junho de 2014 foi aprovado em assembleia geral extraordinária, o grupamento das ações de emissão da Companhia à razão de 10 para 1, incluindo também o grupamento das Global Depositary Shares ("GDSs") emitidas e em circulação da Companhia, estando mantida a razão de 2 GDSs para cada ação ordinária até então em vigor.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Patrimônio líquido—Continuação

23.1. Capital social—Continuação

Foram realizados aumentos de capital mediante a emissão de ações da mesma espécie, conforme demonstrado a seguir:

<u>Datas</u>	<u>Valor</u>	<u>Nº de ações</u>
Capital social total em 31 de dezembro de 2013	3.821.205	297.466.745
Grupamento de ações na razão de 10 para 1	3.821.205	29.746.674
Integralização de opção de ações	1	1.775
Capital social total em 31 de dezembro de 2014	3.821.206	29.748.449

23.2. Remuneração com base em participação acionária

Plano de Outorga de Opções de Ações nº 1 (SOP I)

A Companhia aprovou, em 14 de maio de 2010, o Primeiro Programa de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações (SOP I), no total de 492.600 ações de emissão da Companhia (número atualizado pelo grupamento de ações efetivado em 04 de agosto de 2014). Até 31/12/2014 foram exercidas opções correspondentes a 441.205 ações e canceladas opções correspondentes a 47.995 ações.

Plano de Outorga de Opções de Ações nº 2 - Plano de Retenção (SOP II)

Conforme os termos da deliberação do Conselho de Administração da Companhia celebrado em 9 de maio de 2012, em setembro de 2012 foram outorgadas opções representativas de até 662.295 ações de emissão da Companhia (número atualizado pelo grupamento de ações efetivado em 04 de agosto de 2014) com o objetivo principal de reter administradores e colaboradores-chaves, de acordo ao Plano de Incentivo para Atrair e Reter Colaboradores Estratégicos, aprovados pela Assembleia Geral Extraordinária, em 27 de abril de 2011.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Patrimônio líquido—Continuação

23.2. Remuneração com base em participação acionária--Continuação

Plano de Outorga de Opções de Ações nº 2 - Plano de Retenção (SOP II)--Continuação

Até 31/12/2014 foram exercidas opções correspondentes a 147.852 ações e canceladas opções correspondentes a 201.157 ações.

Conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 10 (IFRS 2) - Pagamentos baseados em ações, o valor justo do instrumento patrimonial foi mensurado na data da outorga das opções, utilizando o modelo de precificação *Black-Scholes-Merton* baseado com as seguintes premissas:

Total de opções concedidas	662.295
Preço por ação (em reais)	R\$22,20
Valor justo da opção na data da outorga (em reais)	R\$64,20
Volatilidade média estimada do preço por ação	127,49%
Taxa média de retorno livre de risco	8,74%
Duração da opção	3 anos

Plano de Outorga de Opções de Ações nº 3 - Bônus de Performance (SOP III)

Em janeiro de 2013 foram outorgadas opções representativas de até 541.458 ações de emissão da Companhia (número atualizado pelo grupamento de ações efetivado em 04 de agosto de 2014) com o objetivo principal de remunerar e reter administradores e colaboradores-chaves, de acordo ao Plano de Incentivo por Desempenho, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária, em 27 de abril de 2011. Até 31/12/2014 foram exercidas opções correspondentes a 98.087 ações e canceladas opções correspondentes a 93.931 ações.

Conforme previsto no pronunciamento técnico CPC 10 (IFRS 2) - Pagamentos baseados em ações, o valor justo do instrumento financeiro é mensurado na data de concessão das opções utilizando o modelo de precificação *Black-Scholes-Merton* com base nos seguintes pressupostos:

Total de opções concedidas	541.458
Preço por ação (em reais)	R\$20,60
Valor justo da opção na data da outorga (em reais)	R\$58,70
Volatilidade média estimada do preço por ação	74,22%
Taxa média de retorno livre de risco	8,22%
Duração da opção	imediate

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Patrimônio líquido--Continuação

23.2. Remuneração com base em participação acionária--Continuação

Plano de Outorga de Opções de Ações nº 4 (SOP IV)

Conforme os termos da deliberação do Conselho de Administração da Companhia celebrado em 11 de novembro de 2013 e os contratos de gestão assinados com entre a Companhia e dois Diretores, foram outorgadas 175.000 ações de emissão da Companhia (número atualizado pelo grupamento de ações efetivado em 04 de agosto de 2014) com o objetivo principal de reter os administradores, de acordo ao Plano de Incentivo para Atrair e Reter Colaboradores Estratégicos, aprovados pela Assembleia Geral Extraordinária, em 27 de abril de 2011. Até 31/12/2014 nenhuma opção foi exercida e foram canceladas opções correspondentes a 22.497 ações.

Conforme previsto no pronunciamento técnico CPC 10 (IFRS 2) - Pagamentos baseados em ações, o valor justo do instrumento financeiro é mensurado na data de concessão das opções utilizando o modelo de precificação *Black-Scholes-Merton* com base nos seguintes pressupostos:

Total de opções concedidas	175.000
Preço por ação (em reais)	R\$7,90
Valor justo da opção na data da outorga (em reais)	R\$4,80
Volatilidade média estimada do preço por ação	0,7782%
Taxa média de retorno livre de risco	9,50%
Duração da opção	3 anos

23.3 Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) (aprovado pela Deliberação CVM nº 636, de 06 de agosto de 2010 - Resultado por Ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os períodos sociais findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013. O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Patrimônio líquido--Continuação

23.3 Resultado por ação--Continuação

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

<u>Apuração do resultado básico e diluído por ação</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Numerador (em R\$ mil)		
Prejuízo do exercício atribuído aos acionistas da Controladora	(1.003.073)	(2.237.870)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias ajustada pelo efeito da diluição	29.748	297.018
Resultado básico e diluído por ação	<u>(33,718)</u>	<u>(7,534)</u>

24. Transações com partes relacionadas

Contratos entre partes relacionadas

As operações comerciais da H RTP com suas controladas são efetuadas a preços e condições normais de mercado.

Remuneração dos administradores

A remuneração dos administradores da Companhia para o período findo em 31 de dezembro de 2014, foi de R\$4.056 (R\$8.119 em 2013).

Mútuo entre partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2014 existe contrato de mútuo entre a HRT Africa (mutuante) e HRT (mutuária) com saldo de R\$ 2.068, e contrato de mútuo entre a HRT O&G (mutuante) e HRT (mutuária) com saldo de R\$ 3.134. Estes contratos possuem fator de correção é a taxa do CDI (Certificados de Depósito Interbancário).

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Margem operacional bruta

	Consolidado
	31/12/2014
Receita líquida	486.839
Custo de produção de petróleo	(254.861)
Unidade flutuante de armazenamento e transferência FPSO <i>(Floating Production Storage and Offloading)</i>	(58.429)
Logística	(42.441)
Consumíveis	(29.058)
Operação e manutenção	(25.548)
Pessoal	(13.203)
SMS	(12.504)
Óleo adquirido a valor justo em combinação de negócios	(51.077)
Outros custos	(22.061)
Royalties	(46.969)
Depreciação e amortização dos ativos de óleo e gás	(166.248)
Margem operacional bruta	18.761

Em 31 de dezembro de 2014 o estoque de petróleo no montante de R\$ 8.784 é representativo de 57 mil barris.

Das contas a receber consolidado em 31 de dezembro de 2014, R\$ 622 são referentes a venda do óleo do campo de polvo. Dos demais valores o principal saldo a receber é de afretamento de aeronaves, R\$ 1.037.

26. Resultado Financeiro

Em 31 de dezembro de 2014, o resultado financeiro da Companhia está composto da seguinte forma:

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Receitas financeiras	81.445	134.233
Receita de aplicação financeira	7.101	23.802
Receita de variação cambial	72.439	103.150
Outras receitas financeiras	1.905	7.281
Despesas financeiras	(65.573)	(90.167)
Despesa de variação cambial	(48.819)	(53.770)
Perdas em operações com derivativos	-	(26.813)
Juros sobre empréstimos	(15.082)	(5.086)
Outras despesas financeiras	(1.672)	(4.498)
	15.872	44.066

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Garantias e compromissos

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas possuem diversos contratos com fornecedores para a atividade de Exploração, que em sua maioria são do tipo “guarda-chuva” e envolvem prestação de serviços, materiais e equipamentos com vencimentos diversos, abrangendo, principalmente, a locação e operação de sondas, serviços de perfuração, fornecimento de combustível, sísmicas, entre outros.

Os 16 Blocos sob concessão na Bacia Sedimentar do Solimões encontram-se no Segundo Período da Fase Exploratória com compromisso mínimo de perfuração de um poço por bloco, até o horizonte lito-estratigráfico Formação Juruá, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Blocos	Período exploratório	Término em	Programa exploratório mínimo	Atividades realizadas	Observações
SOL-T-169	Segundo	16/02/2014	Perfuração de 1 poço	Perfurados 1-HRT-2-AM e 1-HRT-8-AM	Apresentado Plano de Avaliação de Descoberta - PAD
SOL-T-168 SOL-T-170 SOL-T-191	Segundo	20/03/2014	Perfuração de 1 poço	Perfurados 1-HRT-3-AM Perfurados 1-HRT-1-AM e 1-HRT-6-AM Perfurado 1-HRT-9-AM	Apresentado Plano de Avaliação de Descoberta – PAD
SOL-T-194 SOL-T-195	Segundo	09/07/2016	Perfuração de 1 poço	SOL-T-194: Perfurados 1-HRT-4-AM e 1-HRT-7-AM	SOL-T-194: Apresentado PAD SOL-T-195: Concedida prorrogação de prazo por 2 anos, a partir de 09/07/2014
SOL-T-151 SOL-T-174 SOL-T-192 SOL-T-196 SOL-T-197 SOL-T-214 SOL-T-215 SOL-T-216 SOL-T-217 SOL-T-218	Segundo	03/03/2017	Perfuração de 1 poço	SOL-T-192: Perfurados 1-HRT-5-AM e 1-HRT-10-AM	SOL-T-196: Perfuração condicionada a perfuração do Bloco SOL-T-195 SOL-T-218: Perfuração condicionada a perfuração do Bloco SOL-T-195

Em relação ao programa exploratório mínimo das licenças da Namíbia, temos os seguintes compromissos assumidos:

PEL	Período exploratório	Término em	Programa exploratório mínimo	Atividade realizada
022 (blocos 2815, 2816 e 2915)	2º Período	22/09/2014	USD 3,1MM 1.500 Km sísmica 2D ou 400 Km ² sísmica 3D	Aquisição de 1.137 km ² de sísmica 3D
023 (blocos 2112B e 2212A)	2º Período	05/06/2015	USD 2,0MM 200 Km ² sísmica 3D	Aquisição de 5.359 km ² de sísmica 3D e poço Moosehead-1
024 (blocos 2713A e 2713B)	2º Período	03/08/2014	USD 1,1MM 1.000 Km sísmica 2D ou 400 Km ² sísmica 3D	Aquisição de 1.424 km ² de sísmica 3D e poços Wingat-1 e Muroombe-1
028 (blocos 2813A, 2814B e 2914A)	1º Período	14/05/2015	USD 8,5MM 2.000 Km sísmica 2D ou 500 Km ² sísmica 3D	Aquisição de 1.237 km ² de sísmica 3D

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Garantias e compromissos--Continuação

Nos termos do *Participation Agreement* assinado com a HRT Canadá e a Acarus, em 01 de dezembro de 2010, a Companhia tem o compromisso de arcar com 50% dos custos das operações de exploração e avaliação no PEL 28, localizados no offshore da Namíbia.

A Companhia solicitou ao Ministério de Minas e Energia da Namíbia a renovação do período exploratório para as licenças 22 e 24, vencidas em setembro e agosto, respectivamente, e a extensão do prazo das licenças 23 e 28, que se encerram em 2015. Apesar do histórico de renovações concedidas a HRT e ao bom relacionamento com o Governo Namibiano, como não houve nenhuma sinalização, a Companhia decidiu provisionar para perda os ativos localizados na África.

28. Informações por segmento

As informações por área de negócios (segmento operacional) estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 (IFRS 8) - Informações por Segmento. As operações do Grupo estão segmentadas da seguinte forma:

a) Exploração e produção

Compreende as atividades de exploração e produção de petróleo e derivados com objetivo de comercialização no Brasil e no exterior.

b) Geologia e geofísica

Compreende os serviços de geologia e geofísica.

c) Administração e outros

Compreende basicamente o escritório central da Companhia.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Informações por segmento--Continuação

A Administração monitora, separadamente, os resultados operacionais das unidades de negócio para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho. Os segmentos são avaliados com base nos lucros ou prejuízos operacionais que, em alguns casos, conforme demonstrado na tabela abaixo, são medidos de forma diferente do lucro ou prejuízo operacional nas demonstrações financeiras consolidadas.

	31/12/2014					31/12/2013				
	Exploração e produção	Serviços de Geologia e Geofísica	Administração e outros	Ajustes e Eliminações	Consolidado	Exploração e produção	Serviços de Geologia e Geofísica	Administração e outros	Ajustes e Eliminações	Consolidado
Receitas externas líquidas	486.839	-	-	-	486.839	-	4.395	-	-	4.395
Receitas intersegmento líquidas	33.227	27.203	-	(60.430)	-	65.100	18.468	-	(83.568)	-
Receita líquida	520.066	27.203	-	(60.430)	486.839	65.100	22.863	-	(83.568)	4.395
Custos das vendas	(496.874)	(17.425)	-	46.221	(468.078)	(22.723)	(11.984)	-	32.440	(2.267)
Lucro bruto	23.192	9.778	-	(14.209)	18.761	42.377	10.879	-	(51.128)	2.128
Despesas de geologia e geofísica	(11.123)	-	-	6.146	(4.977)	(45.682)	(40)	-	1.606	(44.116)
Despesas com pessoal	(16.085)	(11.807)	(5.231)	(5.510)	(38.633)	(57.678)	(13.919)	(87.011)	(9.717)	(168.325)
Despesas gerais e administrativas	(32.283)	(3.551)	(4.840)	9.818	(30.856)	(34.830)	(5.690)	(5.770)	(238)	(46.528)
Despesas com serviços de terceiros	(46.382)	-	(10.879)	1.868	(55.393)	(31.735)	(756)	(8.312)	-	(40.803)
Impostos e taxas	(3.606)	(191)	113	-	(3.684)	(7.797)	(145)	(1.304)	-	(9.246)
Despesa de depreciação	(8.503)	(1.399)	(188)	-	(10.090)	(11.234)	(2.376)	(194)	(11.529)	(25.333)
Provisão de Impairment	(607.214)	-	(7.768)	128.107	(486.875)	(1.563.665)	-	(121.821)	-	(1.685.486)
Baixa de Poço Seco	(523.879)	-	-	(17.912)	(541.791)	(662.171)	-	-	71.006	(591.165)
Resultado financeiro líquido	15.155	(99)	816	-	15.872	31.082	14	12.970	-	44.066
Outras receitas (despesas) operacionais	60.992	(2)	4.376	20.297	85.663	1.470	7	2.273	(104)	3.646
Resultado antes dos tributos	(1.149.736)	(7.271)	(23.601)	128.605	(1.052.003)	(2.339.863)	(12.026)	(209.169)	(104)	(2.561.162)

1. Receitas intersegmentos são eliminadas por ocasião da consolidação.
2. As informações por segmento consideram o resultado antes da provisão para IRPJ e CSLL.
3. Os ativos e passivos operacionais dos segmentos não incluem saldos intersegmentos.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Informações por segmento--Continuação

Informações geográficas

	31/12/2014			
	Exploração e produção	Serviços de Geologia e Geofísica	Administração e outros	Consolidado
Ativo circulante				
Brasil	355.164	-	98.193	453.357
Exterior	349.553	3.326	-	352.879
Ativo não circulante				
Brasil	181.230	-	5.114	186.344
Exterior	65.525	3.034	-	68.559

	31/12/2013			
	Exploração e produção	Serviços de Geologia e Geofísica	Administração e outros	Consolidado
Ativo circulante				
Brasil	587.364	2.199	33.771	623.334
Exterior	40.525	9.391	-	49.916
Ativo não circulante				
Brasil	598.476	3.510	13.550	615.536
Exterior	513.865	2.628	-	516.493

29. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da HRT referem-se a contas a pagar a fornecedores de bens e serviços a serem utilizados na campanha exploratória da Companhia, debêntures, bem como a contratos de garantia financeira. Por outro lado, mantém no ativo, disponibilidades financeiras, conforme descrito nas notas explicativas 6 e 7.

A Companhia está exposta a riscos de mercado (taxas de juros e cambio), crédito, liquidez e ambiental. A alta administração da Companhia efetua a gestão desses riscos através da prática de políticas e procedimentos apropriados. Todas as atividades com derivativos são efetuadas com a finalidade de gestão de risco e realizadas por equipes especializadas com habilidades, experiência e supervisão apropriadas. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

Compete ao Conselho de Administração revisar e estabelecer políticas para gestão de cada um desses riscos, os quais estão resumidos abaixo.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do efeito da oscilação dos valores de mercado de instrumentos financeiros e mercadorias (*commodities*). Por ser formado por empresas não financeiras, o Grupo adota uma política conservadora baseada na administração de suas posições ativas e passivas, focando a liquidez e a mitigação de risco.

Risco de variação de preço (petróleo)

A Companhia está sujeita ao risco de variação de preço em seu principal produto comercial - petróleo, que tem como referência o preço Brent descontado por um valor variável negociado em cada carregamento.

A HRT mantém, preferencialmente, a exposição ao ciclo de preços, não utilizando derivativos para proteger operações de venda de óleo. A tabela a seguir apresenta a análise de sensibilidade do preço de petróleo (Brent), com o valor justo em 31 de dezembro de 2014.

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário (I) 25%	Cenário (II) 50%
Receita operacional - venda de óleo	Queda do Brent	237.343	244.115	162.743

Risco de taxa de juros

A aplicação de recursos disponíveis é efetuada em títulos emitidos por instituições financeiras de primeira linha, em moeda nacional, a taxas pós-fixadas, em sua maioria com liquidez diária, respeitando limites de concentração prudenciais.

Sensibilidade a taxas de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, no lucro e no patrimônio da Companhia, antes da tributação, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário (I) 25%	Cenário (II) 50%
Impacto nas aplicações financeiras	Queda do CDI / Libor	93	(267)	(534)

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Sensibilidade a taxas de juros--Continuação

Para o cálculo dos valores nos cenários acima, foram projetados os encargos, rendimentos e variação de derivativos para o trimestre seguinte. Para os encargos de dívida foi considerada, no cenário provável, a projeção de taxa de juros divulgada pela BM&FBOVESPA para o período. No cenário I esta projeção foi majorada em 25% e no cenário II a curva foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, foi considerada a projeção do CDI da BM&FBOVESPA para o período no cenário provável, uma redução de 25% no CDI projetado para o cenário I e uma redução de 50% para o cenário II.

Risco de câmbio

O risco cambial é a exposição às oscilações nos níveis de preço de um produto ou serviço contratado (fluxo de caixa futuro) em moeda estrangeira pela Companhia. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente, às atividades operacionais da Companhia e aos investimentos líquidos em controladas no exterior.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Administração da Sociedade entende que há necessidade de considerar os passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio e seus respectivos instrumentos derivativos registrados no balanço patrimonial.

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma variação que possa ocorrer na taxa de cambio e seu impacto no lucro e no patrimônio da Companhia, antes da tributação.

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário (I) 25%</u>	<u>Cenário (II) 50%</u>
Impacto nas aplicações financeiras	Queda do dólar	5.395	65.772	131.543
Investimentos nas controladas	Queda do dólar	92.454	(1.127.190)	(2.254.380)

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de câmbio--Continuação

Para o cálculo dos valores nos cenários acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o trimestre seguinte, considerando no cenário provável a projeção de taxa média de câmbio divulgada pela BM&FBOVESPA para o período. No cenário I esta projeção foi majorada em 25% e no cenário II a curva foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

Risco de crédito

É o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que pode levar a um prejuízo financeiro.

A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e depósitos em bancos e/ou instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. Para mitigar tais riscos, a Companhia adota uma administração conservadora ao realizar aplicações, em sua maioria, com liquidez diária e taxas pós-fixadas, em bancos de primeira linha, levando-se em consideração as notações das principais agências de risco e respeitando limites prudenciais de concentração.

Com relação ao risco de crédito de suas operações de vendas, a Companhia analisa a situação financeira e patrimonial de seus clientes, em conjunto com o prestador de serviço de comercialização (trader), que também opera como intermediário nas transações de venda do petróleo.

Risco de liquidez

A gestão prudente do risco implica manter caixa compatível com as necessidades de desembolso para cobrir as obrigações, em consonância com o plano de negócios da Companhia.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de liquidez--Continuação

Consolidado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014	Imediato	até 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Ativo					
Caixa e equivalente caixa	350.634	-	-	-	350.634
Títulos e valores mobiliários	98.312	-	-	-	98.312
Contas a receber	-	1.835	-	-	1.835
Tributos a recuperar	-	39.341	-	-	39.341
Adiantamento a fornecedores	-	42.191	-	-	42.191
Despesas antecipadas	-	3.486	-	-	3.486
Ativo mantido para venda	-	258.158	-	-	258.158
Estoque de Óleo	-	8.784	-	-	8.784
Outros	-	3.495	5.026	-	8.521
Passivo					
Fornecedores	-	(63.217)	-	-	(63.217)
Adiantamento para alienação de ativo fixo	-	(47.812)	-	-	(47.812)
Obrigações trabalhistas	-	(7.439)	-	-	(7.439)
Tributos e contribuições sociais	-	(17.016)	-	-	(17.016)
Adiantamento a parceiros	-	-	(32.837)	-	(32.837)
Debêntures	-	-	(87.568)	-	(87.568)
Provisão para Abandono	-	-	(138.039)	-	(138.039)
Provisão para contingências	-	-	(33.838)	-	(33.838)
Outras obrigações	-	-	(2.152)	-	(2.152)
	448.946	221.806	(289.408)	-	381.344

Exercício findo em 31 de dezembro de 2013	Imediato	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Ativo					
Caixa e equivalente caixa	33.582	-	-	-	33.582
Títulos e valores mobiliários	120.957	273.001	-	-	393.958
Contas a receber	-	989	-	-	989
Tributos a recuperar	-	42.523	-	-	42.523
Adiantamento a fornecedores	-	33.008	-	-	33.008
Despesas antecipadas	-	3.057	-	-	3.057
Ativo mantido para venda	-	155.540	-	-	155.540
Outros	-	10.593	4.590	-	15.183
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	-	(70.380)	-	-	(70.380)
Operações com derivativos	-	(11.163)	-	-	(11.163)
Fornecedores	-	(63.362)	-	-	(63.362)
Obrigações trabalhistas	-	(17.669)	-	-	(17.669)
Tributos e contribuições sociais	-	(26.366)	-	-	(26.366)
Adiantamento de parceiros	-	(25.896)	-	-	(25.896)
Outras obrigações	-	(8.968)	-	-	(8.968)
	154.539	294.907	4.590	-	454.036

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de liquidez--Continuação

Controladora

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014	Imediato	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Ativo					
Caixa e equivalente caixa	49	-	-	-	49
Títulos e valores mobiliários	87.924	-	-	-	87.924
Contas a receber	-	36	-	-	36
Tributos a recuperar	-	9.937	-	-	9.937
Adiantamento a fornecedores	-	194	-	-	194
Outros	-	54	4.440	-	4.494
Passivo					
Fornecedores e outros	-	(5.133)	-	-	(5.133)
Obrigações trabalhistas	-	(2.411)	-	-	(2.411)
Tributos e contribuições sociais	-	(4.890)	-	-	(4.890)
Debêntures	-	-	(87.568)	-	(87.568)
	87.973	(2.213)	(83.128)	-	2.632

Exercício findo em 31 de dezembro de 2013	Imediato	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Ativo					
Caixa e equivalente caixa	18	-	-	-	18
Títulos e valores mobiliários	18.165	-	-	-	18.165
Contas a receber	-	36	-	-	36
Tributos a recuperar	-	14.222	-	-	14.222
Adiantamento a fornecedores	-	113	-	-	113
Despesas antecipadas	-	1.148	-	-	1.148
Outros	-	69	4.392	-	4.461
Passivo					
Fornecedores	-	(3.602)	-	-	(3.602)
Obrigações trabalhistas	-	(8.450)	-	-	(8.450)
Tributos e contribuições sociais	-	(8.737)	-	-	(8.737)
Outras obrigações	-	(180)	-	-	(180)
	18.183	(5.381)	4.392	-	17.194

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de liquidez--Continuação

Valor justo dos ativos e passivos financeiros

O conceito do “valor justo” prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

- a) Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada e preços cotados (não corrigido) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.
- b) Nível 2: a mensuração do valor justo é derivada de outros insumos cotados incluídos no Nível 1, que são cotados através de um ativo ou passivo, quer diretamente (ou seja, como os preços) ou indiretamente (ou seja, derivada de preços).
- c) Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

30. Risco ambiental

A Companhia possui um programa sócio-ambiental abrangente, amparado por sistema de gestão de saúde, segurança e meio ambiente (SMS), compatível com a sensibilidade dos ecossistemas da bacia do Solimões, que inclui áreas de biodiversidade e de culturas tradicionais.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31. Seguros

A Companhia adota a política de contratar coberturas de seguros para os bens sujeitos a riscos.

Com efeito, possui, em conjunto com as demais empresas do grupo, coberturas contra os principais riscos, tais como danos materiais, bens do ativo fixo e D&O (*Directors and Officers Liability Insurance*) - com cobertura "A" (indenização em nome dos Administradores), "B" (reembolso à sociedade) e "C" (extensão de cobertura da Companhia para reclamações diretamente relacionadas com o mercado de capitais).

Dentre as principais coberturas previstas no seguro de responsabilidade civil dos administradores - D&O estão: indisponibilidade de bens e penhora online, responsabilidades estatutárias, despesas de publicidade, responsabilidade por erros e omissões na prestação de serviços profissionais, danos corporais, reclamações do tomador contra o segurado e de segurado contra segurado.

Também, reclamações por danos ambientais, responsabilidade do cônjuge ou companheiro em união estável, custos de extradição, espólio, herdeiros, sucessores e representantes legais, administradores de entidades externas, despesas emergenciais, e inabilitação do exercício da função de administrador.

Os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2014 cobrem a importância de R\$ 3.496.757 e o valor total do prêmio, de acordo com a vigência, é de R\$ 10.432. A seguir demonstramos os principais ativos ou interesses cobertos e seus respectivos montantes:

Seguros/modalidade	Importâncias seguradas
Responsabilidade civil dos administradores - D&O	200.000
Incêndio, raio, explosão e implosão	3.708
Equipamento eletrônico	657
Aeronaves	79.152
Transporte	124.200
Riscos de petróleo	3.325.771
Responsabilidade civil geral	12.671
Veículos	404
Residencial	1.565
Total segurado	<u>3.496.757</u>

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

32. Contingências

A Administração da Companhia e suas controladas consubstanciadas na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir perdas consideradas prováveis e razoavelmente estimáveis.

Arbitragens

A Companhia é parte de duas arbitragens instauradas, descritas a seguir:

1. Tuscany Perfurações Brasil Ltda. e Tuscany Rig Leasing S.A. instauraram procedimento arbitral em face da HRT O&G, tendo atribuído à arbitragem os valores de US\$39.645 mil. A sentença foi proferida em 05 de fevereiro de 2015, condenando a Companhia a pagar um montante de R\$ 33.703. Contudo, foi apresentado recurso cabível no dia 09 de março de 2015, e a companhia aguarda julgamento.
2. A Geoquasar Energy Solutions Participações Ltda. instaurou, em 28 de fevereiro de 2014, o processo de arbitragem contra a HRT O&G, tendo atribuído à arbitragem o valor de R\$67.292. Em razão do não pagamento das custas da arbitragem por parte da Geoquasar, o Tribunal Arbitral enviou correspondência informando que o procedimento arbitral será arquivado.

Ação Civil Pública

A HRT O&G é ré na Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho, em consequência do não pagamento das verbas rescisórias pela Geoquasar, empresa terceirizada que prestou serviços para a HRT O&G, cujo valor da causa é de R\$7.834. Aguarda-se sentença. Segundo o consultor jurídico deste caso, é possível a chance de êxito.

Exceto com relação a 7 reclamações trabalhistas do total mencionado no respectivo item de Contingências desta nota, segundo os consultores jurídicos do Grupo, o risco de perda das demais causas é "possível" ou "remoto". Com base nessa avaliação, a Administração decidiu não constituir provisão para contingências, seguindo as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS.

A avaliação dos consultores jurídicos da Companhia é que a provisão para contingências reconhecida no balanço é suficiente para cobrir eventuais perdas de determinados litígios e que será requerida saída de recursos para liquidar estas transações.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

33. Eventos subsequentes

33.1 - Aquisição dos Campos de petróleo de Bijupirá e Salema

No dia 20 de janeiro de 2015 a Companhia anunciou a celebração de contrato de compra e venda para adquirir 80% de participação sobre os direitos e obrigações dos contratos de concessão dos Campos de Bijupirá e Salema com a Shell Brasil Petróleo Ltda. ("Shell"), sendo a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras a detentora dos 20% remanescentes. Na mesma operação, foram adquiridos, dentre outros ativos, o navio FPSO Fluminense, utilizado na produção de ambos os campos, com capacidade de armazenamento para 1,3 milhão de barris de óleo.

A conclusão da transação de compra e venda entre a HRT e a Shell está sujeita a determinadas condições precedentes, dentre as quais, a aprovação da cessão dos direitos pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP. Somente após a aprovação destes órgãos reguladores, a empresa passará a ser a operadora dos Campos.

A aquisição de Bijupirá e Salema será realizada com parte dos recursos levantados através da 1ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações e de operação de financiamento estruturado, liderada pela Glencore Ltd., subsidiária integral da Glencore PLC.

Os Campos de Bijupirá e Salema, situados em lâminas d'água de 480 a 850 m, estão localizados no polígono do Pré-Sal, a apenas 80 km em direção nordeste do Campo de Polvo, primeiro ativo de produção da HRT, gerando ganhos de sinergias importantes entre suas operações. As licenças cobrem uma área de 40.000.000 m² e sua produção diária é de 22 mil barris de óleo leve e 325 mil m³ de gás associado, equivalentes a 24 mil boe/dia. O óleo extraído nos campos é do tipo leve de 28º a 31ºAPI.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

33.Eventos subsequentes--Continuação

33.2 Nova Marca - PetroRio

A partir do dia 21 de janeiro de 2015, a HRT Participações em Petróleo S.A. adotou a nova marca PetroRio. Esta alteração vem para marcar o começo de uma nova Companhia, que passou a priorizar a geração de receita e lucro através da produção de petróleo, fruto do reposicionamento estratégico e da nova cultura que já vem sendo adotada desde o final de 2014.

33.3 Venda de Aeronaves

Dando seguimento ao plano de desinvestimento da Companhia, em março de 2015 a HRT concluiu a venda de 5 aeronaves das 7 que possuía, pelo valor de US\$ 7,5MM, não apurando perda nas operações. As aeronaves já estavam reconhecidas ao valor justo, o mesmo da operação de venda.